

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

FALAR VERDADE

Uma das fragilidades da nossa democracia é o sistemático e recente despudor com que alguns políticos faltam à verdade, omitem a verdade, distorcem a verdade. A seu bel talante. A seu bel prazer. Em função do marketing político de ocasião.

Vem isto a propósito da pronúncia do Eng. Sócrates sobre o recentemente divulgado inquérito do INE relativo à pobreza em Portugal. Sócrates numa declaração, feita com pompa e circunstância, veio a terreiro, tonitruante, dizer que foi o complemento solidário do idoso que teve um “contributo fundamental” para o decréscimo dos rácios de pobreza em Portugal, de 19% em 2005 para 18% em 2006. Ora, isto é uma falácia e um embuste. Uma grosseira inverdade. É que o complemento solidário do idoso só entrou em vigor em 2006. Logo, não há nenhuma relação entre uma coisa e outra.

Para quando falar verdade?

Esgotou-se a paciência do PSD!

Luis Filipe Menezes afirma que “Agendamento é a última tentativa!” de levar Constâncio, a bem, ao Parlamento



Destaques:

Actividades do Presidente

Pag 2 e seguintes

Reunião do Grupo Parlamentar

Em “Actividades do PSD”

Recenseamento de Emigrantes:
Ribau Esteves saúda “Dever cívico”

Em “Emigração”

Esgotou-se a paciência do PSD!

Luis Filipe Menezes afirma que “Agendamento é a última tentativa!” de levar Constâncio, a bem, ao Parlamento

Luis Filipe Menezes reuniu no Centro Cultural de Aveiro, no fim-de-semana muitos responsáveis concelhios do PSD, reunião que decorreu à porta fechada e na qual estiveram presentes mais de 300 responsáveis de Secção sociais-democratas, que ouviram o Presidente fazer uma revisão dos 100 dias passados desde que assumiu a liderança social-democrática.

Os responsáveis presentes, reagiram entusiasticamente, mostrando-se absolutamente determinados em responder positivamente aos novos desafios do próximo futuro, as eleições de 2009.

Os dirigentes participaram activamente na reunião com mais de 20 intervenções, incentivando o líder a prosseguir o caminho encetado e apresentando sugestões construtivas, para o bom desempenho do PSD no seu conjunto.

Este tipo de reuniões vai realizar-se de Norte a Sul de Portugal, contribuindo para a coesão e unificação de opiniões e de pessoas.

A presença na reunião, que decorreu à porta fechada aconteceu “num bom momento” para o partido, incluindo o recente recuo do Governo na localização do novo aeroporto, constatou Menezes, em declarações aos jornalistas.

O presidente do PSD mostrou muito desagrado com a indisponibilidade do governador do Banco de Portugal em comparecer perante a Assembleia da República (AR) para prestar esclarecimentos sobre a controvérsia em torno da gestão do BCP, deixando mesmo no ar a



possibilidade de um inquérito parlamentar.

Reportando a indicações recolhidas ontem, o líder laranja deu conta da indisponibilidade de Vítor Constâncio para comparecer quarta-feira em sede da comissão parlamentar de Economia e Finanças, como estava previsto. “A informação que temos é

que o senhor governador antes do dia 24, 25, fim do mês, quer ir”, garantiu Luis Filipe Menezes.

Perante este cenário, o presidente do PSD decidiu fazer um ultimato. “Damos dez dias para informar a AR sobre o que foi o seu comportamento em questões que tiveram a ver com os principais bancos privados portugueses”, advertiu, lembrando que “há mais de vinte e tal dias” que foram pedidos esses esclarecimentos. “É um desrespeito pelo Parlamento”, disse.

O adiamento da comparência na AR é visto pelo PSD com surpresa. “Acabou a nossa paciência, queremos, de facto, ser informados e esclarecidos e estamos neste combate pela transparência de forma muito voluntariosa e sem receio de ninguém”, afirmou Luis Filipe Menezes, deixando o aviso: caso não haja disponibilidade do Governador para se deslocar no prazo dado e responder “através de mecanismos benévolos”, o PSD irá pedir um inquérito parlamentar “sobre a forma como foi efectuada a fiscalização do sistema financeiro português nestes três anos.”

Assim, o grupo parlamentar do PSD entregou na segunda-feira, dia 14,

na Assembleia da República, um pedido de agendamento potestativo das audições parlamentares do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e do actual ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, na qualidade de ex-presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Um pedido que o líder do partido, Luis Filipe Menezes, considera “a última tentativa” antes de avançar com um pedido de inquérito parlamentar.

O PSD quer saber se, há três ou quatro anos, os factos que estão na origem da actual investigação à administração do BCP eram conhecidos do Banco de Portugal e a CMVM - então presidida por Teixeira dos Santos. “Se eram, queremos saber porque houve agora uma intervenção, aparentemente para favorecer um determinado tipo de soluções, e não houve a mesma atitude há três ou quatro anos”, acrescentou.

Recorde-se que, embora o PSD pretendesse a audição antes da assembleia geral do BCP que se realizou na terça-feira, o governador tem agendada a audição com os deputados da Comissão Parlamentar



de Orçamento e Finanças apenas para dia 24 deste mês, por causa (segundo afirma) das investigações que o banco central está a fazer ao Banco Comercial Português (BCP) e da sua “preparação” para ir ao Parlamento.

No Domingo, em Vila Nova de Gaia, o presidente do PSD lamentou a demora dessas diligências, pedidas no dia 21 de Dezembro.

Para o líder social-democrata, “toda esta polémica pública à volta de dúvidas quanto à superintendência do sistema financeiro por parte de duas entidades tão importantes como o Banco de Portugal e a CMVM tem de ser esclarecida”. “Sucede que, quer o governador do Banco de Portugal quer o ministro das Finanças não estão a querer esclarecer o que devia ser esclarecido, com a brevidade necessária”.

Menezes salientou ainda que o PSD tem sido “tolerante”, mas “um mês e alguns dias para uma entidade pública ir ao Parlamento é algo de inédito”. Por isso, e perante tudo isto, avisa que “o PSD tem sido tolerante”, mas que esta será “a última tentativa” antes do pedido de inquérito parlamentar.

Entretanto, ao início da noite, o Banco de Portugal emitiu um comunicado onde esclarece que “nos contactos realizados para agendamento da referida audição, não foi indicado ao governador qualquer prazo de urgência”. Perante isto, Constâncio “nunca recusou ser ouvido mais cedo” do que dia 24 de Janeiro.

Essa afirmação de Constâncio foi totalmente desmentida pelo Presidente do Grupo Parlamentar (*leia em “Actividades do PSD”*). – Fonte: PL, Lusa.



Quem quer outra direcção do Partido, que avance!

O Presidente do PSD desafiou hoje a oposição interna a assumir um projecto alternativo, afirmando estar disponível para “convocar imediatamente” uma nova eleição directa para a liderança do partido.

“Estou totalmente disponível para convocar eleições imediatamente se houver alguém com coragem e um projecto alternativo”, afirmou o líder social-democrata, em declarações aos jornalistas em Gaia, onde participou num almoço promovido pelo Rancho Folclórico de Nossa Senhora do Monte.

“Nesta altura, não há lugar para brincadeiras e tem havido demasiada brincadeira por parte de pessoas que, no meu entender, não representam ninguém”, frisou Menezes.

Nesse sentido, considerou que “a única forma de se esclarecerem as coisas é através da coragem, da frontalidade e da assunção de responsabilidades”.

“Se não o fizerem, chego à conclusão de que são pessoas que vivem apenas para criar turbulência, não têm projecto nenhum e não têm sentido de responsabilidade”, afirmou.

Menezes, que se dirigia “a algumas pessoas que só sabem falar para os jornais”, desafiou os opositores internos a “marcarem uma data para as eleições em vez de falarem para os jornais”.

Para o líder social-democrata, este é um momento importante na vida do PSD, salientando que os mais recentes estudos de opinião colocam o partido “a lutar taco-a-taco com o PS”.

“A grande oportunidade para mudar o país são as eleições de 2009, o que é mais uma razão para que o



PSD esteja unido”, frisou.

Nas declarações que prestou aos jornalistas, Menezes assegurou que o PSD vai apresentar-se sozinho nas próximas legislativas, afastando, para já, qualquer possibilidade de coligação com o CDS-PP.

“O PSD vai apresentar-se sozinho nas eleições legislativas, em toda e qualquer circunstância, e lutar pela maioria”, afirmou Menezes, esclarecendo o teor de declarações que proferiu sábado à noite em Penafiel sobre eventuais coligações com o CDS-PP.

“Estava a falar exclusivamente de

eleições autárquicas”, afirmou o líder social-democrata.

Afirmando que “o País está numa situação muito difícil”, Luís Filipe Menezes garante também que “o Governo socialista já desistiu de criar as condições para que mude o paradigma de desenvolvimento económico e social de Portugal”. O líder da oposição acredita, por isso mesmo, que o PS vai apostar nos grandes investimentos a partir de 2010, os quais podem vir a tornar-se “pesados para o País” e que “não vão mudar a economia nacional depois de

terminados”, mas que, no entanto, “podem ajudar um partido a perpetuar-se no poder durante mais algum tempo”. Por isso mesmo, repetiu, “a grande oportunidade de mudar o País deve ser as eleições de 2009”. Razão pela qual, concluiu, é preciso que “o PSD esteja unido”.

Na segunda-feira, no decorrer de uma acção ambiental em Vila Nova de Gaia, Luís Filipe Menezes voltaria ao tema para reiterar a sua convicção de que o partido pode vencer as legislativas de 2009 porque os portugueses “não são masoquistas”,

mas alertou que esse objectivo implica a unidade dos militantes com o líder.

“Estou convencido que vamos ganhar a José Sócrates porque o povo português não é masoquista, não gosta de viver num país em que os salários reais descem, há mais pobres e mais assimetrias todos os dias. Os portugueses não querem viver num país assim”, afirmou Menezes.

O líder social-democrata considerou que o PSD “tem vindo a afirmar-se junto dos portugueses”, o que se reflecte na subida que o partido tem registado nos estudos de opinião mais recentes, salientando que esta melhoria não pode ser mantida com constante oposição interna.

“Eu não quero ser líder de um partido em que todos os dias há pessoas a dizer que são melhores. Vamos parar com isto, é altura dessas pessoas se afirmarem, senão, não passa de um acto de desestabilização e cobardia”, afirmou.

“Se os que tiveram medo há três meses, agora perderam o medo porque cheira a poder, então que venham. Afirmem-se, não falem para os jornais, falem para os militantes e eu convoco eleições (para a liderança do partido)”, acrescentou.

Para Menezes, este desafio à clarificação interna “não é um sinal de fraqueza, mas de força”.

“Será sinal de fraqueza dizer para clarificar isto tudo agora? Se realmente alguém acha que é melhor, é altura de apresentar a sua candidatura”, acrescentou.

Na perspectiva do líder social-democrata, “contra um PS que tem como único objectivo manter-se no poder a qualquer preço, independentemente dos maus



resultados que está a ter do ponto de vista da economia, da solidariedade, das políticas concretas, é preciso cerrar fileiras”.

“Isso só é possível, evitando que todos os dias haja pessoas a dizer que são alternativa”, salientou.

Luís Filipe Menezes foi a Monchique em solidariedade com os autarcas locais do PS, deixando “nervosos e crispados” os socialistas locais

O PS/Monchique reagiu de forma atribulada e desorientada à visita que o presidente do PSD, efectuou na 3ª feira ao concelho para “mostrar solidariedade” aos autarcas locais do PSD. Os socialistas chegaram ao ponto de chamar “infâmia” à qualificação de “descalabro” aplicada pelo PSD local à gestão PS.

Na passada semana, em

comunicado, o PSD/Algarve classificava de “descalabro” a gestão de Carlos Tuta, à frente da autarquia há 25 anos, e asseverava que Monchique “está na primeira linha de conquista autárquica, nas eleições de 2009”.

Luís Filipe Menezes e os titulares dos órgãos nacionais do PSD jantaram terça-feira numa unidade hoteleira das Caldas de Monchique, no encerramento das jornadas parlamentares do partido em Vilamoura.

O presidente da concelhia do PSD, António Santos, disse à Lusa que “a maior prova de descabro da gestão socialista é que em 25 anos a população de Monchique decresceu para metade”.

“Falamos do saneamento, mas a verdade é que os esgotos continuam a correr para a ribeira a céu aberto”, disse o presidente da concelhia PSD de Monchique.

Sobre o local onde os dirigentes nacionais do PSD jantarão terça-feira,

observou que não se trata de um investimento da câmara, mas sim de investimento público, já que a empresa proprietária do espaço é a Fundação Oriente.

O dirigente refutou que o PSD/Monchique queira vencer “na secretaria”, sublinhando que as queixas contra o presidente Carlos Tuta apresentadas em tribunal têm por base “irregularidades que é preciso averiguar”.

“O PSD/Monchique está em condições de ganhar as eleições em 2009”, garantiu, acusando os socialistas de não permitirem mais habitação “para que sejam sempre os mesmos a votar”. Os socialistas estão há 25 anos no poder.

Flexibilização laboral pode ter aceitação dos trabalhadores

O presidente do PSD, considerou que a flexibilização laboral será aceite pelos trabalhadores, desde que haja condições de crescimento económico e salarial, e os seus direitos sociais fundamentais se mantenham.

“Só pode haver aceitação por parte dos trabalhadores de mecanismos de flexibilização da legislação laboral, quando sentirem que a economia está a crescer, que o seu poder de compra está a aumentar, que os salários estão a melhorar e quando sentem que os seus direitos sociais, na educação, saúde e segurança social, não estão a ser questionados”, afirmou.

Menezes falava à agência Lusa e à RTP, em Lisboa, antes de um jantar com trabalhadores social-democratas, ao ser confrontado com a revisão da legislação laboral no quadro do agravamento do desemprego.

O líder do PSD sublinhou, citando o Instituto Nacional de Estatística, que “a confiança dos consumidores baixou para valores de 2003”, ano do “auge da crise económica e social da Europa”.

“Todos os índices das últimas semanas têm apontado para a degradação da situação económica e dos problemas sociais do País no próximo ano”, referiu.

Autárquicas ajudarão o PSD a triunfar nas legislativas de 2009

O líder social-democrata afirmou-se confiante de que em 2009 as eleições autárquicas vão ajudar o partido a ganhar as legislativas e que em 2010 haverá nova vitória com a reeleição de Cavaco Silva.

Luís Filipe Menezes falava no final de um jantar da secção D do PSD de Lisboa, em que fez um discurso de cerca de 50 minutos que terminou traçando o calendário eleitoral dos sociais-democratas.

Em 2009 coincidirão as eleições autárquicas, legislativas e europeias. De acordo com a lei, as autárquicas são marcadas pelo Governo e realizam-se entre 22 de Setembro e 14 de Outubro,



as legislativas são marcadas pelo Presidente da República e realizam-se entre 14 de Setembro e 14 de Outubro e as europeias são em Junho, igualmente marcadas pelo Presidente da República.

“As eleições autárquicas vão ajudar-nos a ganhar as eleições nacionais”, declarou o presidente do PSD, acrescentando que “reconquistar a Câmara Municipal de Lisboa é algo fundamental para o partido”.

Também em “Odivelas, Loures, Amadora ou Vila Franca”, câmaras que o PSD nunca ganhou, o objectivo é “ir à guerra para ganhar”, disse Luís Filipe Menezes.

“Vamos vencer o ciclo eleitoral de 2009 e depois reeleger Cavaco Silva nas presidenciais”, concluiu.

Por outro lado, perante os militantes de Lisboa que enchiam a sala do restaurante, Menezes insistiu na ideia de que o Governo socialista está a falhar no crescimento económico.

“Quem é que dos companheiros aqui presentes não aceitava ser primeiro-ministro com a Europa a crescer? E quem não conseguiria ter um crescimento económico de 1,7 ou 1,8 por cento ao ano? Tenho a certeza absoluta de que não eram capazes de fazer pior do que o engenheiro Sócrates”, declarou.

O presidente do PSD manifestou-se convicto de que “Portugal pode crescer muito acima dos 3 por cento”, que não é inevitável haver “sacrifícios por muitas gerações”.

“Poderia dizer que em três, quatro anos estaremos ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa, se fizermos por isso, se trabalharmos, se acreditarmos em nós próprios - não indo por este caminho de timidez medíocre liderado pelo actual primeiro-ministro”, afirmou.

Na exposição do seu projecto político, Luís Filipe Menezes apontou ainda a redução do “enorme peso do Estado”, da carga fiscal e o corte de “despesa públicas supérfluas”.

Quanto ao encerramento de serviços, assegurou que, na oposição, estará presente “sempre que houver portugueses a protestar” como em Anadia para os confortar e prometeu nunca fechar “um único serviço sem que a população esteja servida com uma alternativa, numa lógica de proximidade”.

Menezes fez uma síntese das últimas décadas de governação, responsabilizando o PS pelo passado recente que deixou o país “frustrado, triste”, e defendeu que o PSD tem de “levantar a cabeça” porque sempre mostrou ser “um partido de competência, rigor e resultados”.

“Se não os pudemos ter nos dois anos e meio [dos executivos PSD/CDS-PP de Durão Barroso e Pedro Santana Lopes] foi porque a situação nacional e internacional o impôs”, considerou.

O presidente do PSD devolveu ao primeiro-ministro, José Sócrates, a acusação de populismo, lembrando as

suas corridas no calçadão do Rio de Janeiro, na marginal de Luanda ou na Praça Tiananmen em Pequim.

“Nunca o vi a correr de manhã na Avenida da Liberdade, e todos sabemos porquê, e o senhor primeiro-ministro também sabe”, assinalou, causando risos. Menezes completou que Sócrates seria confrontado com o descontentamento da população e “por isso só corre quando vai ao estrangeiro, não gosta de correr em Portugal”.

O PSD, a Europa e o referendo

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, considerou que o nosso partido foi corajoso ao defender em Outubro a ratificação do novo tratado europeu por via parlamentar, enquanto o PS adiou a decisão e hesitou.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, Menezes disse que o grupo parlamentar social-democrata não subscreverá a moção de censura do BE ao Governo pela não convocação de um referendo.

“Obviamente que haverá disciplina de voto”, adiantou o presidente do PSD.

O novo tratado da União Europeia (UE) assinado em Lisboa em Dezembro foi hoje tema do debate quinzenal com o primeiro-ministro na Assembleia da República, durante o qual José Sócrates anunciou publicamente a decisão de ratificar o documento por via parlamentar.

Cerca de uma hora após o debate, Luís Filipe Menezes declarou aos jornalistas que “foi importante que tal tenha acontecido” porque assim “não é beliscado o consenso nacional alargado em relação a um projecto vital para Portugal”.

“O que nos honra é o facto de termos sido corajosos e claros no momento apropriado: logo a seguir à aprovação do tratado”, afirmou, recordando que o PSD tornou pública a sua posição “em 30 de Outubro de 2007”.

“O Governo e o PS decidiram ontem [terça-feira], após reconhecidas hesitações, seguir uma posição de convergência com a nossa opção”, assinalou.

O presidente do PSD questionou a convicção dos socialistas, dizendo que “só a clareza e a prontidão correspondem a opções genuinamente convictas”.

Segundo Menezes, “houve dúvidas, legítimas, públicas e manifestas por parte do PS quanto ao caminho que devia seguir” e o anúncio da sua posição foi primeiro adiado “para meados de Dezembro, após a assinatura do tratado” e depois “houve um deferimento até este momento”.

“Continuaremos a pautar as nossas atitudes por um princípio básico: clareza e prontidão em todas as nossas opções estratégicas. Nunca as gerirmos com delongas que visem tão-somente ajustá-las ao juízo tático de conveniência circunstanciais”, salientou.



Por outro lado, Menezes distinguiu as razões que levam o PSD e o PS a apoiarem a ratificação por via parlamentar.

“Para o PS, o Governo e o primeiro-ministro a razão principal, a que foi mais enfatizada, foi não querer perturbar o consenso europeu eventualmente abrindo a perspectiva de referendos noutros países”, disse.

“Nós somos pela ratificação por via parlamentar para ser uma ratificação rápida. A Europa precisa de estabilidade do ponto de vista institucional para enfrentar os desafios do futuro”, acrescentou.

Questionado sobre a moção de censura do BE, respondeu: “O PSD não poderá subscrever uma censura ao Governo pelo facto de o tratado ser ratificado pela via parlamentar, algo com que nós concordamos”.

Menezes aproveitou para observar que com atitudes como a moção de censura apresentada ao executivo PSD/CDS-PP liderado por Durão Barroso pela Cimeira das Lajes, “o PS sujeita-se a ser vítima de acontecimentos semelhantes”.

No PSD não há unanimidade sobre a forma de ratificação do novo tratado europeu porque “unanimidade só na antiga União Soviética e era uma unanimidade falsa”, mas a via parlamentar é defendida pela “esmagadora maioria”, afirmou.

O líder social-democrata Luís Filipe Menezes encerrou na terça-feira as jornadas parlamentares do PSD no Algarve, mas vai ficar todo o dia na região para “trabalho político”.

No fecho do “Povo Livre”, sabemos que após o almoço de encerramento das jornadas parlamentares, em Vilamoura, Luís Filipe Menezes visita às 16:00 o Laboratório Regional de Saúde

Pública, junto ao Estádio do Algarve e cerca das 17:00 desloca-se ao Hospital Central de Faro.

Mais à noite, cerca das 20:00, o líder do PSD, acompanhado de Mendes Bota, presidente da Comissão Política Distrital do PSD/Algarve e vice-presidente da Comissão política Nacional, vai estar num jantar de trabalho e solidariedade nas Caldas de Monchique.

Luís Filipe Menezes pretende perceber porque é que o Laboratório Regional de Saúde Pública está terminado “há mais de um ano e inexplicavelmente está encerrado e inutilizado”.

O líder do PSD vai também às Urgências do Hospital de Faro com o intuito de reunir com os responsáveis clínicos e administrativos e de debater com eles os problemas que afectam o “normal funcionamento” daquele serviço, lê-se num comunicado enviado hoje à agência Lusa pela Comissão Política Distrital do PSD/Algarve.

A participação do líder do PSD num jantar de trabalho e solidariedade em Monchique, visa “permitir trocas de informação sobre a estruturação do partido e principais desafios políticos para o futuro”, assim como apoiar os social-democratas de Monchique.

O jantar será de “solidariedade para com os social-democratas de Monchique, fortemente apostados na recuperação de um município que chegou a ser, há muitos anos, o bastião do PSD a sul do Tejo”, indica o mesmo documento.

O PSD/Algarve classifica de “descalbro” a gestão socialista em Monchique e avisa Carlos Tuta, o actual autarca que “Monchique está na primeira linha de conquista autárquica, nas eleições de 2009. - Fontes: Lusa, DN, TSF, RDP 1, Povo Livre

Actividades do PSD

A audição parlamentar de Vitor Constâncio leva o PSD a tomar atitudes mais firmes e a desmentir afirmações do Governador

No Domingo à noite, o Banco de Portugal emitiu uma nota onde “esclarece que, nos contactos realizados para agendamento da referida audição, não foi indicado ao Governador qualquer prazo de urgência, pelo que nunca o Governador recusou ser ouvido mais cedo, no caso de ser esse o entendimento do Parlamento”.

Em resposta muito directa, o líder parlamentar do PSD afirma que o Governador do Banco de Portugal tinha conhecimento da urgência para ser ouvido no Parlamento sobre as operações bancárias do Banco Comercial Português.

Pedro Santana Lopes desmente a informação do Banco e na segunda-feira, no habitual comentário na rádio TSF, afirmou que “numa carta minha à Comissão (Parlamentar de Orçamento e Finanças) a dita urgência é invocada”.

“O que disse (Vitor Constâncio) não corresponde à realidade”, afirma ao líder parlamentar do PSD. “Este fim-de-semana disse que precisava de mais tempo para se preparar. Vitor Constâncio já teve semanas para se preparar”, acrescenta. “Temos sido compreensivos. Já é tempo de falarem na Assembleia da República.”

O Partido Social-Democrata entrega hoje na Assembleia da República um pedido de agendamento potestativo para obrigar o Governador do Banco de Portugal a ir ao Parlamento.

Para além de Vitor Constâncio, os social-democratas querem também chamar ao Parlamento o actual ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, enquanto ex-presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

“Última tentativa”

Já antes, o líder do PSD, Luís Filipe Menezes, tinha dito que esta será a “última tentativa” antes de o PSD avançar com um pedido de inquérito parlamentar.

“Não é isso que queremos – disse Santana Lopes – mas estamos disponíveis para pedir um inquérito parlamentar. Este agendamento potestativo é a última tentativa para obrigar o ministro das Finanças e o Governador do Banco de Portugal a irem com rapidez, ainda esta semana, ao Parlamento”, frisou.

“O que disse (Vitor Constâncio) não corresponde à realidade. Foi noticiado (...) e numa carta minha à Comissão



(Parlamentar de Orçamento e Finanças) a dita urgência é invocada”, sublinhou o líder parlamentar social-democrata.

Santana Lopes referiu que Vitor Constâncio se escusou a ir ao Parlamento durante a semana passado invocando uma reunião do Banco Central Europeu.

Posteriormente foi apresentada a data 16 de Janeiro, mas o governador do Banco de Portugal recusou, alegando que não queria ir ao Parlamento antes da Assembleia-geral do BCP, marcada para terça-feira, esclareceu Santana Lopes.

“Este fim-de-semana (o governador) disse que precisava de mais tempo para se preparar. Vitor Constâncio já teve semanas para se preparar”, disse o líder parlamentar social-democrata.

No sábado, o presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, o social-democrata Jorge Neto, disse à Agência Lusa que o governador do Banco de Portugal não quis ser ouvido na Assembleia da República na próxima semana.

De acordo com o presidente da comissão, Vitor Constâncio disse que não podia ser ouvido na quarta, na quinta, nem na sexta-feira da próxima semana por precisar de tempo para preparar a sua intervenção na audição parlamentar.

As declarações de Jorge Neto surgiram na sequência de um outro comunicado do Banco de Portugal, emitido sábado, no qual a instituição garantia que 24 de Janeiro foi a única data acordada para o Governador prestar esclarecimentos naquela

comissão parlamentar no âmbito do caso BCP.

Entretanto, Pedro Santana Lopes considerou na terça-feira de manhã, que Augusto Santos Silva fez comentários sobre as jornadas parlamentares do PSD que são inéditos para um ministro dos Assuntos Parlamentares, quebrando uma tradição de cordialidade no exercício do cargo.

O líder da bancada social-democrata falava nas jornadas parlamentares do PSD que se realizam entre hoje e terça-feira em Vilamoura, após a intervenção de Bagão Félix, que referiu ter sido convidado para o evento no dia 22 de Dezembro.

O PSD não contribuirá “para esse estado de coisas” porque “quer elevar o nível”, salientou Pedro Santana Lopes, negando o envolvimento dos sociais-democratas na disputa pela administração do BCP e contrapondo que o Governo é que tem falado desse assunto.

Augusto Santos Silva convocou hoje os jornalistas para uma conferência de imprensa, na sede do PS, em que acusou o PSD de estar a fazer campanha pela lista liderada por Miguel Cadilhe à administração do BCP.

Segundo o ministro, a participação do ex-ministro das Finanças Bagão Félix, que integra essa lista, nas jornadas parlamentares do PSD seria o “comício de encerramento” dessa campanha, na véspera da assembleia-geral do BCP.

“Não há precedentes de algum ministro do Governo da República fazer considerações sobre jornadas

parlamentares de um qualquer partido, um sinal dos tempos a que chegamos”, reagiu Pedro Santana Lopes.

“Se não fosse estarmos habituados a este tipo de intervenções, eu consideraria que se trata de um momento grave na relação entre o Governo e o Parlamento, mas não o vou fazer”, acrescentou.

O ex-primeiro-ministro apontou que “o cargo de ministro dos Assuntos Parlamentares tem já uma tradição, uma boa tradição na democracia portuguesa, tendo sido exercido por António Vitorino, Marcelo Rebelo de Sousa, Luís Marques Mendes ou Rui Gomes da Silva com enorme correcção e cordialidade com as diferentes forças políticas no Parlamento”. – **Gab. Imp. GP/PSD**

Jornadas parlamentares do PSD em Vila Moura «As jornadas não são para desabafar, mas para trabalhar»

As primeiras jornadas parlamentares do PSD, desde que Luís Filipe Menezes lidera o partido e Pedro Santana Lopes a bancada social-democrata, começaram na segunda-feira em Vilamoura.

As jornadas parlamentares, que se realizam entre segunda e terça-feira, foram antecedidas por declarações de Luís Filipe Menezes dirigidas aos críticos da actual direcção do PSD.

No domingo, o presidente do partido desafiou a oposição interna a assumir um projecto alternativo, manifestando-se disponível para convocar novas eleições directas se “houver coragem” para isso do outro lado.

Na sexta-feira, o líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, avisou que o encontro de Vilamoura não era “para desabafar”, mas para “preparar o trabalho” da sessão legislativa.

Também a polémica sobre a data da audição no Parlamento do governador do Banco de Portugal, Vitor Constâncio, contestada pelo PSD e outros partidos da oposição, ocupou os dias anteriores às jornadas.

O secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, exigiu no início do mês que Vitor Constâncio fosse ouvido antes de 15 de Janeiro, data da assembleia-geral do BCP, defendendo que caso contrário o governador do Banco de Portugal deveria sair do cargo.

Depois de se saber que a audição



estava marcada para 24 de Janeiro, Menezes anunciou que o PSD vai recorrer a um agendamento potestativo para agilizar a audição, como “última tentativa” antes de requerer a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito.

As jornadas parlamentares do PSD têm como tema “Portugal com ambição/Progresso com justiça” e o início dos trabalhos estava previsto para as 08:00, com reuniões dos deputados com instituições da região como o Refúgio Aboim Ascensão.

A agenda da tarde inclui uma intervenção sobre segurança interna do ex-ministro da Administração Interna Ângelo Correia, seguida de debate e de uma discussão sobre funcionamento interno e a análise da situação política.

Os trabalhos serão concluídos com um jantar volante.

O PSD quer saber se, há três ou quatro anos, os factos que estão na origem da actual investigação à administração do BCP eram conhecidos do Banco de Portugal e a CMVM - então presidida por Teixeira dos Santos. “Se eram, queremos saber porque houve agora uma intervenção, aparentemente para favorecer um determinado tipo de soluções, e não houve a mesma atitude há três ou quatro anos”, acrescentou.

Recorde-se que, embora o PSD pretendesse a audição antes da assembleia geral do BCP que se realiza amanhã, o governador tem agendada a audição com os deputados da Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças apenas para dia 24 deste mês, por causa das investigações que o banco central está a fazer ao Banco Comercial Português (BCP).

Ontem, em Vila Nova de Gaia, o presidente do PSD lamentou a demora na ida dos dois responsáveis ao Parlamento, pedida pelo PSD a 21 de Dezembro. Para Menezes, “toda esta polémica pública à volta de dúvidas quanto à superintendência do sistema financeiro por parte de duas entidades tão importantes como o Banco de Portugal e a CMVM merecia ser esclarecida”. “Sucede que quer o governador do Banco de Portugal quer o ministro das Finanças não estão a querer esclarecer o que devia ser esclarecido, com a brevidade necessária”.

Menezes salientou ainda que o

PSD tem sido “tolerante”, mas “um mês e alguns dias para uma entidade pública ir ao Parlamento é algo de inédito”. Por isso, e perante tudo isto, avisa que “o PSD tem sido tolerante”, mas que esta será “a última tentativa” antes do pedido de inquérito parlamentar.

O líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, avisou hoje que as jornadas parlamentares de segunda e terça-feira não são para os deputados desabafarem, mas sim “preparar o trabalho” da sessão legislativa.

“As jornadas parlamentares não são para desabafar”, afirmou Santana Lopes hoje aos jornalistas, na Assembleia da República, sobre as jornadas, em Vilamoura, dedicadas ao tema “Portugal com ambição/Progresso com justiça” e em que participam dois ex-ministros das Finanças - Manuela Ferreira Leite, do PSD, e Bagão Félix, independente próximo do CDS-PP.

Um dia depois de uma reunião da bancada do partido, em que houve críticas da direcção a deputados como Aguiar Branco ou António Preto por defenderem o referendo europeu, Santana desdramatizou e disse que isso “faz parte da dialéctica da política”.

“O mal é o contrário: haver deputados que não falam nas reuniões do grupo parlamentar e que depois vão falar lá para fora”, afirmou, admitindo que houve troca de palavras “em tom mais ríspido”.

Santana Lopes revelou ter deixado “subir a temperatura” da discussão “até onde podia fazer bem” e admitiu que este tipo de debate “faz bem”.

“Faz bem, elimina tensões. O PSD viveu algum tempo com muita tensão acumulada”, descreveu.

As jornadas começam com uma visita de cerca de 20 dos deputados PSD ao Refúgio Aboim Ascensão, em Faro.

Durante a visita ouviram o director, Luís Villas-Boas, assinalar que este tem “o índice mais elevado do país de reencaminhamento” das crianças que recebe para adopção e apontar atrasos a outras instituições.

Pedro Santana Lopes, anunciou na altura que o partido deverá apresentar um projecto de lei para agilizar a adopção em Portugal, lembrando que o Aboim Ascensão acolhe cerca de 90

crianças, em situações muitas vezes de extremas dificuldades.

Os Deputados também se reuniram com associações de produtores florestais e pescadores, na manhã desse primeiro, tendo o Presidente do GP destacado aos jornalistas a importância dada pelo PSD à adopção.

“Provavelmente iremos ter que intervir, embora haja questões que não se resolvam por via da lei, que são do funcionamento das instituições”, acrescentou, defendendo a necessidade de “agilizar procedimentos”.

Questionado sobre se o PSD vai entregar um projecto de lei com esse objectivo, respondeu: “Vai certamente. Depois desta visita vamos reflectir, analisar, ver se é pela via legislativa, neste caso penso que sim”.

O líder da bancada social-democrata assinalou que “os números são impressionantes: cerca de 15 mil crianças institucionalizadas e cerca de 1.700 famílias esperam a resolução do processo de adopção”.

“É preciso estimular as instituições a encaminhar as crianças para a adopção, com limites temporais mais exigentes e mais acentuados”, considerou.

Pedro Santana Lopes anunciou, por outro lado, que visitas como as realizadas hoje no Algarve passarão a ser uma rotina do grupo parlamentar “pelo menos duas vezes por mês”.

Quanto às pescas, o deputado

Câmara Municipal de Loulé, o social-democrata Seruca Emídio, que acompanhou os deputados do PSD.

A agenda das jornadas, segunda e terça-feira em Vilamoura, as primeiras desde que Luís Filipe Menezes é presidente do partido e Santana líder parlamentar, vão servir para “planificar” o trabalho da sessão legislativa.

Do encontro, poderão sair algumas iniciativas legislativas em áreas como a justiça, segurança ou saúde, mas Pedro Santana Lopes não quis revelá-las.

Para fazer uma avaliação da “política económica, financeira e orçamental” do Governo, o líder parlamentar convidou pessoalmente Manuela Ferreira Leite, “uma voz que todos respeitam”, e Bagão Félix, que foi seu ministro das Finanças quando era primeiro-ministro.

“As opções quanto às políticas económicas, financeiras e orçamentais devem ser tema central de todas as jornadas parlamentares. Mesmo que o país esteja em expansão e em pleno progresso, o que não é o caso”, justificou.

O presidente da Sociedade Interbancária de Serviços S.A (SIBS), Vítor Bento é outro dos oradores, um independente que Santana prevê venha um dia a ser “convidado para ministro das Finanças”, só não sabendo por que partido.



afirmou tratar-se de “um sector em estado de quase calamidade” que poderá ter “as perspectivas financeiras 2007-2013 como última oportunidade”.

O dinheiro deve ser dirigido “para a chamada pesca tradicional e para a recuperação do sector, para a formação de pessoas e não para o abate de embarcações”, reclamou.

Pedro Santana Lopes admitiu futuras iniciativas legislativas do PSD sobre as lotas e, na sequência da visita à Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão, “para permitir à população e aos seus descendentes fixarem-se” na região, que faz parte da Rede Natura 2000, “para não terem de ir para as casas da urbe”.

A possibilidade de construção de casas na Serra do Caldeirão para esse efeito foi pedida pelo presidente da

As jornadas parlamentares serão encerradas terça-feira pelo presidente do PSD, Luís Filipe Menezes.

A intervenção de Bagão Félix nas “Jornadas” denuncia manipulação de números e falsos resultados anunciados pelo Governo

O ex-ministro das Finanças Bagão Félix denunciou segunda-feira à noite nas jornadas parlamentares do PSD que o recente aumento das pensões “é o menor registado na democracia” e que há manipulação dos números do desemprego.

Convidado para falar de política económica e financeira nas jornadas que decorreram em Vilamoura, no Algarve, Bagão Félix questionou ainda a actuação do Banco de Portugal face ao novo modelo de financiamento da



empresa Estradas de Portugal, que considerou “inconstitucional” e “inacreditável”.

O ex-ministro das Finanças sugeriu aos deputados do PSD que “talvez valha a pena verem o que se passa no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em termos de limpeza de ficheiros”.

De acordo com o independente próximo do CDS-PP, são feitas “habilidades como o programa Novas Oportunidades e outras coisas que transformam pseudo-desempregados em pseudo-empregados” e tornam “cada vez maior” a disparidade entre os números do IEFP e os do Instituto Nacional de Estatística (INE).

“O desemprego registado através do IEFP tenderia a ser maior do que o do INE. Actualmente sucede o contrário”, assinalou.

Por outro lado, Bagão Félix criticou “o aumento das pensões recentemente aprovado”.

“Este é o menor aumento das pensões registado na democracia, apesar do superavit [da Segurança Social], e resulta, a meu ver, de um erro de grande insensibilidade social”, declarou.

“Com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) até dois por cento, o melhor que pode acontecer é manter-se o poder de compra. Significa dizer: contentem-se com manter ou diminuir ligeiramente o poder de compra porque as vossas pensões são razoáveis. Isso não faz qualquer sentido”, sustentou.

Os deputados do PSD pediram que Bagão Félix falasse sobre a comissão presidida pelo governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, que analisou o défice deixado pelo governo de que foi ministro das Finanças, liderado pelo actual presidente da bancada social-democrata, Pedro Santana Lopes.

Bagão Félix respondeu que “um dia escrever-se-á a história” desse apuramento do défice e comparou o que aconteceu na altura com a actual actuação do Banco de Portugal “relativamente à Estradas de Portugal”.

“O défice da Estradas de Portugal deixará de aparecer nas contas. Estamos numa situação em que qualquer dia o Estado sai do Orçamento do Estado para uma grande inverdade ao nível orçamental”, disse.

“Como é possível consignar uma receita fiscal - é desde logo inconstitucional - a uma empresa que amanhã provavelmente será de direito privado?”, perguntou.

As jornadas parlamentares do PSD começaram na segunda-feira às 08:00 horas da manhã, prolongaram-se praticamente sem intervalos e à meia-noite os trabalhos ainda continuavam, com a discussão do funcionamento interno e a análise da situação política, tendo o encerramento sido feito na terça-feira, pelo líder do Partido, Luís Filipe Menezes.

– Fontes: PL, Lusa, TSF

Segundo Manuela Ferreira Leite “Se o Governo quiser ser sério e honesto não tem nenhuma margem para baixar impostos”



A ex-ministra das Finanças Manuela Ferreira Leite afirmou, na sua intervenção nas Jornadas Parlamentares do PSD, que «se o Governo for honesto não pode baixar os impostos» e defendeu que o Estado deve «retirar-se de sectores como a saúde e a educação».

“Não existe margem de redução de receita para conseguir colmatar qualquer tipo de aumento [de despesa]”, alegou, apontando a eventualidade, por exemplo, de um crescimento das despesas com desemprego face ao valor previsto.

Ferreira Leite disse que, apesar de por princípio ser a favor da baixa de impostos, o desequilíbrio orçamental que isso causaria no actual contexto é uma “maldade” que não deseja ao país.

Se tivesse condições para baixar impostos, pessoalmente “o último que baixava era o IVA” por entender que “não tem influência tão directa na actividade económica, só nas zonas fronteiriças” e que não conduz em Portugal a uma redução dos preços.

Em resposta aos deputados do PSD, Manuela Ferreira Leite adiantou que baixaria o IRC primeiro do que o IRS.

Questionada depois pelos deputados do PSD sobre as funções do Estado, Manuela Ferreira Leite respondeu que começaria por privatizar “aqueles sectores em que os privados já estão, como a saúde e a educação”.

“São dois sectores em que não vejo porque é que o Estado não se retira”, disse, referindo que “antes pelo contrário, [o Estado] cada vez está a entrar mais”.

A antiga Ministra e Presidente do Congresso social-democrata, assinalou que “os privados já lá estão”, na saúde e na educação, e ressaltou que “deve haver regulação de forma a não permitir que as leis do mercado alterem as necessidades sociais”.

Na sua opinião, “tudo o que é

empresas públicas, sector empresarial, não há nenhum motivo para estar com o cunho público”. A ex-ministra das Finanças manifestou, contudo, dúvidas sobre a privatização do sector dos transportes.

A propósito dos investimentos

públicos, Manuela Ferreira Leite afirmou: “Não me parece que o TGV seja um investimento indiscutível. E como não é indiscutível deve ser muito discutido”.

“Se vamos desviar mais uma vez fundos [comunitários] da formação para investimentos públicos parece-me lastimável”, acrescentou

Manuela Ferreira Leite considerou hoje que Portugal está a voltar atrás no modelo de desenvolvimento, com a aposta em grandes investimentos públicos, a diminuição das exportações e o emprego de baixas qualificações.

A prestigiada militante do PSD ainda que não há sinais de retoma económica nem deverão surgir proximamente, que a consolidação orçamental não está feita e que não há condições para as famílias pouparem nos próximos dois anos.

“Se o PSD tiver, e vai ter com certeza, a preocupação de credibilidade nas suas propostas, se tiver uma oposição persistente, não será difícil tirar a confiança ao actual primeiro-ministro, porque os portugueses deram-lhe a sua total confiança. Só se pode esperar menor confiança no futuro”, concluiu.

Na sua intervenção, Ferreira Leite afirmou que se assiste a “um retorno ao anterior modelo de desenvolvimento” caracterizado por uma “aposta no crescimento através de grandes investimentos públicos, que eles próprios não são produtivos”.

“Vejo os grandes investimentos públicos a surgir e as exportações a baixar”, frisou, dizendo que houve a ilusão de que se caminhava para “um modelo de desenvolvimento com exportações e investimento privado”, mas isso não se confirma.

“Provavelmente o aumento das exportações verificado nos dois últimos anos teve uma natureza conjuntural. Com as restrições no sector público, os empresários procuraram outros mercados”,

sugeriu, completando que foi uma mudança “superficial, que abana ao primeiro sopro”.

Sublinhando a seguir que “o aspecto mais significativo do aumento do emprego tem a ver com empregos sem qualquer qualificação”, a social-democrata concluiu não haver “nenhum sintoma de que o modelo económico esteja a melhorar”.

“Nestas circunstâncias o que perspectivo para a economia portuguesa é que ou havia sinais significativos de retoma ou não vejo margem de manobra para que surjam proximamente”, acrescentou, comparando a crise financeira norte-americana e o aumento do preço do petróleo a “sombas negras que vão pairar pelo menos neste ano e no próximo”.

Segundo Ferreira Leite, também se houvesse efectiva consolidação das finanças públicas haveria consequências como “a confiança dos consumidores e dos investidores” e não há. “Eu continuo a dizer que a consolidação não está feita”, acentuou.

Neste contexto, a ex-ministra das Finanças disse não ver de que forma as famílias conseguirão poupar. – Fonte: Lusa, DN, TSF; RTP-1

O PSD e a Lei do Tabaco



O PSD anunciou hoje que vai requerer a presença na Assembleia da República do presidente da Autoridade de Segurança Económica e Alimentar (ASAE) para que António Nunes seja “esclarecido” sobre o alcance da aplicação da Lei do Tabaco.

Em declarações à Agência Lusa, o porta-voz do Partido Social-Democrata para as questões do Ambiente, José Eduardo Martins, precisou que esse requerimento dará entrada segunda-feira na Assembleia da República.

“O PSD vai apresentar segunda-feira um requerimento na Assembleia da República solicitando a presença do senhor inspector-geral da ASAE (António Nunes) para que ele venha a ser esclarecido sob o alcance da lei que a Assembleia da República produziu e que ele manifestamente não



compreendeu”.

José Eduardo Martins lamenta a “dúvida” que está instalada em torno da aplicação nos casinos das regras que limitam o fumo em espaços fechados de uso colectivo, desde que António Nunes “foi apanhado” por um jornalista a fumar no Casino Estoril, já depois da entrada em vigor da nova Lei do Tabaco.

“Preocupa-nos que o inspector-geral da ASAE mantenha que a lei não se aplica aos casinos”, disse.

António Nunes justificou na altura que no casino se aplicava a lei do Jogo, que prevê a existência de zonas separadas para fumadores e não fumadores, uma posição contraditória com um parecer da Direcção-Geral de Saúde que indicava que os casinos e salas de jogo, “sendo locais fechados”, não podem deixar de se incluir no âmbito da aplicação da lei” além de estarem abrangidos na lei por “serem locais de trabalho”.

Também o constitucionalista Jorge Miranda considerou terça-feira não haver qualquer razão para que os casinos sejam excepção à aplicação da Lei do Tabaco, adiantando que esta legislação é posterior e de âmbito mais geral do que a Lei do Jogo.

“Nós, no PSD, e suponho que o mesmo sucede em todos os grupos parlamentares, não temos dúvida, e vamos portanto explicá-la ao senhor inspector”, frisou José Eduardo Martins à Lusa.

“É evidente que a lei do Tabaco se aplica aos casinos”, reiterou.

O porta-voz do PSD para o Ambiente salientou também que os legisladores aguardam “com muito interesse” a audição em comissão parlamentar do director-geral de Saúde, Francisco George.

Os membros do órgão consultivo da Direcção-Geral de Saúde para o tabaco, cuja primeira reunião decorreu segunda-feira, concordaram que os casinos podem ser incluídos dentro das excepções previstas na Lei do Tabaco.

Estas excepções prevêem, a criação em alguns espaços públicos de utilização colectiva, de zonas para fumadores sinalizadas e com dispositivos de ventilação ou separação física e extracção autónoma.

De acordo com Francisco George, a excepção é alargada aos casinos, face à aplicação combinada nestes espaços das leis do Tabaco e do Jogo.

Em conferência de imprensa na Assembleia da República, José Eduardo Martins rejeitou quinta-feira a interpretação da Direcção-Geral de Saúde quanto à permissão de fumar nos casinos e acusou o presidente da ASAE de ter violado a lei na noite da passagem do ano.

“Não há excepções”, declarou.

Projecto de lei do PSD sobre rotulagem com Braille, na Comissão de Ética

O projecto de lei do PSD que prevê os rótulos das embalagens inscritos em Braille baixou hoje à comissão

parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura.

A sugestão para que o diploma baixasse à comissão sem votação partiu do PS, através da deputada Maria do Rosário Carneiro, e foi justificada pela necessidade de aprofundar o debate e as soluções legais a adoptar.

A bancada socialista admite que regras quanto aos rótulos venham a ser incluídas no Código do Consumidor, em preparação pelo Governo.

Além disso, ainda segundo a deputada, faltava ao projecto do PSD um estudo para avaliar o impacto das medidas e as necessárias audições com representantes dos interesses envolvidos - consumidores, produtores, retalhistas, comerciantes.

No debate de hoje, a deputada do PSD Ana Zita Gomes afirmou que o projecto “não tem a pretensão de resolver todas as dificuldades das pessoas invisuais”, mas sim “facilitar a vida a estes cidadãos” nos estabelecimentos comerciais.

O diploma dos sociais-democratas, que estará em apreciação na comissão



de Ética, Sociedade e Cultura, prevê multas até 150 mil euros para as empresas que não cumprirem as regras quais à rotulagem de embalagens em Braille.

O projecto, anunciado pelo líder parlamentar social-democrata, Pedro Santana Lopes, a 14 de Dezembro, determina que os estabelecimentos comerciais

Liberdade e democracia estão em perigo pela “monopolização do Poder” pelos socialistas

O PSD defendeu que “a liberdade e a democracia estão em perigo” em Portugal com a tentativa do Governo de “monopolizar o poder, inclusive o poder financeiro” e que o país vive “uma crise económica grande”.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, a dirigente social-democrata Zita Seabra criticou as recentes declarações do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e do

governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, feitas no domingo e hoje, respectivamente, sobre a situação da banca.

Zita Seabra questionou “a que título o ministro das Finanças usou um insulto tão grave” como “ladrão”, acusou os dois de falarem para “cobrir as declarações um do outro” e considerou que “isso é fazer política e não é o papel do Banco de Portugal”.

Apesar disso, a social-democrata declarou que para afirmar se Vítor Constâncio tem condições para se manter no cargo “primeiro é preciso ouvi-lo”, insistindo que isso deveria acontecer na Assembleia da República até 15 de Janeiro, data da assembleia-geral do BCP.

A dirigente do PSD concluiu que a situação da banca “é um sintoma” de que “a liberdade e a democracia estão em perigo”, defendendo que “não é uma situação normal num país europeu” serem feitas declarações como as do ministro Teixeira dos Santos, as de Vítor Constâncio.

“O que se está a passar é uma tentativa do Governo, em particular do

ladrão”, argumentou o ministro.

Zita Seabra perguntou “quem é o ladrão, quem estava a insultar” e considerou a expressão “infelicíssima e muito grave”.

“Hoje, o senhor governador do Banco de Portugal veio procurar esclarecer a quem o ministro das Finanças se referia: às anteriores administrações do BCP? Não são comportamentos e atitudes isentos e sérios que deve ter o senhor governador”, criticou.

“É preciso assegurar que à frente do Banco de Portugal está alguém que serve para dar credibilidade ao sistema financeiro e não para dar cobertura a declarações infelizes”, declarou.

A vice-presidente da Comissão Política do PSD reiterou que o Governo deve deixar a Caixa Geral de Depósitos e todas as empresas participadas pelo Estado de fora da escolha da nova administração do BCP.

Zita Seabra repetiu igualmente que, além de Vítor Constâncio, “a Assembleia da República deve também ouvir o ministro das Finanças”, enquanto ex-presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Primeiro-Ministro «coveiro do Serviço Nacional de Saúde»

O deputado social-democrata José Manuel Ribeiro acusou hoje no Parlamento o primeiro-ministro de ser “o coveiro do Serviço Nacional de Saúde” ao encerrar serviços de urgência hospitalar como em Anadia.

Numa declaração política na Assembleia da República, José Manuel Ribeiro defendeu a qualidade do serviço prestado no Hospital de Anadia e afirmou que a responsabilidade das “malfetorias” que representam o fecho de urgências hospitalares é “do engenheiro José Sócrates”.

Questionado pela deputada do CDS-PP Teresa Caeiro sobre a necessidade de exonerar o ministro da Saúde, Correia de Campos, José Manuel Ribeiro afirmou que “o PSD não pede a demissão de ministros, avalia politicamente o seu desempenho”.

José Manuel Ribeiro reconheceu que “Correia de Campos já tirou a paciência aos portugueses de tanta asneira e trapalhada”, afirmando que “no momento certo, os portugueses o julgarão”.

O deputado, que é também presidente da Assembleia Municipal de Anadia, afirmou que Correia de Campos “não cumpriu” os compromissos alegadamente assumidos de negociar o fecho da urgência com a autarquia e de tratar o hospital de Anadia como “um caso distinto”.

Para o PSD, o encerramento das urgências é “um retrocesso civilizacional”, defendendo que o Governo devia rever o processo, argumentando que “recuar não é um sinal de cobardia”. – Fontes: PL, Lusa, DN



Intervenção Deputado José Mendes Bota

11 de Janeiro de 2008

PJL 417/X (PCP)

(Estabelece o Regime Jurídico das Regiões de Turismo)

Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados

Hoje, quem deveria ter subido a este púlpito para apresentar uma iniciativa legislativa sobre o Regime Jurídico das Regiões de Turismo, não era o PCP. Quem deveria estar hoje aqui, a apresentar uma Proposta de Lei sobre esta questão estruturante do Turismo português, era o governo.

Mas não! Em vez de um debate aberto com a Assembleia da República, ou com os agentes do sector, e com ampla informação para a sociedade portuguesa, o governo prefere o secretismo como manto do acto legislativo, em vez de um processo participativo.

Prefere a finta traiçoeira com os parceiros a quem pede pareceres sobre um texto, para aprovar à última da hora um texto substancialmente diferente.

Aliás, em matéria de legislação sobre Turismo, quase três anos após a sua tomada de posse, o que se pode dizer é que este governo coloca a carroça à frente dos bois, mas segue a passa de caracol.

Fazendo tábua rasa do seu próprio compromisso eleitoral e do seu próprio programa, o governo não deu, até hoje, qualquer sinal de vida à prometida Lei de Bases do Turismo.

Pergunta-se. Irá fazê-lo, depois de aprovados os diplomas dos Empreendimentos Turísticos, das Agências de Viagens, da Restauração e Bebidas, das novas Áreas Regionais de Turismo?

Ou seja, arrasta a empreitada legislativa, e começa a construção do edifício pelas janelas, em vez de começar pelos caboucos.

Ao ceder, perante interesses particulares que se sobrepuseram ao interesse geral, na configuração do mapa das Regiões de Turismo, o governo corre o sério risco de desmantelar de, um só golpe, toda a organização turística regional.

No dia em que for publicado o diploma, extinguem-se todas as actuais Regiões de Turismo. As Comissões Instaladoras que se lhes seguem, têm uma competência limitada e curta no tempo.

E, pela reacção adversa que já se conhece por parte dos municípios, pode acontecer que um número substancial de autarquias rejeite a

adesão às novas Regiões de Turismo, criando situações de descontinuidade territorial muito superiores àquelas que hoje se verificam.

Ao contrário do que propõe o projecto de lei hoje apresentado pelo PCP, o que o governo pretende é a concentração do poder nas mãos do Instituto de Turismo IP, e a governamentalização absoluta das Regiões de Turismo.

Estas, ficarão desprovidas de qualquer autonomia financeira, dependentes da vontade protocolar do governo, e sujeitas às políticas e às orientações do governo central, mesmo naquilo que é actividade de dinamização e animação do turismo à escala local e regional, num autêntico atropelo ao princípio da subsidiariedade.

Ou seja, as futuras Regiões de Turismo não terão autonomia nem para atirar foguetes.

Ao contrário do que propõe o Projecto de Lei hoje apresentado pelo PCP, o governo pretende reduzir as atribuições e competências das Regiões de Turismo, omitindo até o essencial da sua actividade na promoção interna, e a interactividade com as estruturas da promoção externa.

Ao contrário do que propõe o Projecto de Lei hoje apresentado pelo PCP, que apresenta um mecanismo de financiamento das Regiões de Turismo na base de critérios objectivos quanto à origem dos recursos, mas carecido de estudo e aprofundamento, o governo pretende manter as Regiões de Turismo na mais absoluta indigência de mão estendida à generosidade orçamental que o governo decida anual e casuisticamente conceder.

Quem se submeter ao protocolo, terá dinheiro. Quem não tiver protocolo, não leva nada.

O projecto de lei do PCP tem o mérito de suscitar este debate, mas tem implícito um modelo que poderá tender à multiplicação imparável de estruturas regionais de Turismo, ao invés de as reduzir e racionalizar. Não está claro se a base de partida são as actuais 19 Regiões de Turismo, ou se baralha e dá tudo de novo.

Bastarão dois municípios para criar uma Região de Turismo? Bastarão duas Regiões de Turismo para criar uma Federação? Não havendo limites ao agrupamento, o processo de pulverização institucional de entidades



seria imparável, cada qual com os seus órgãos, os seus recursos humanos e logísticos, a sua administração própria, com o inerente crescimento exponencial de custos de estrutura.

O proposto Fundo de Desenvolvimento Turístico, é um mecanismo interessante, mas não vemos como compatibilizar os calendários da aprovação do orçamento seguinte com a produção do relatório do Banco de Portugal sobre o ano anterior.

Todavia, conta com os municípios que não integram Regiões de Turismo, para o cálculo das receitas, mas já não conta com eles para efeitos de distribuição.

Contudo, não será o PSD a inviabilizar a apreciação em sede de especialidade deste diploma, e por isso nos absteremos. Não concordamos com o modelo proposto, mas é de toda a actualidade debater o futuro do Turismo português em sede

parlamentar.

Torna-se cada vez mais oportuno e necessário, confrontar o governo com as suas contradições, os seus atrasos, os seus secretismos e os seus erros, em matéria de política de Turismo.

No debate de actualidade suscitado pelo PSD, sobre esta matéria, no passado dia 20 de Dezembro, o Ministro da Economia primou pela ausência, e o Secretário de Estado do Turismo, marcou pela presença silenciosa. Há que saber, se se identificam com o modelo das 10 Regiões de Turismo + 2 que o governo aprovou. Ou, caso se tenham sentido desautorizados, porque não extraíram daí as inerentes consequências políticas.

O país tem que saber, de uma vez por todas, se existe um verdadeiro padrão do Turismo, que governa, mas não é governante, e se quem é governante, pelos vistos, não manda nada.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO PEDRO PINTO

A.R., 11 DE JANEIRO DE 2008

Senhor Presidente da Assembleia da República,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Membro do Governo,

A construção do Novo Aeroporto de Lisboa é uma questão estruturante do nosso desenvolvimento.

O PSD, desde sempre, tratou esta questão com sentido de Estado, lembrando que a construção do novo aeroporto seria, inevitavelmente, uma obra que se estenderia por mais de uma legislatura e muito provavelmente por mais de um Governo.

O PSD sempre pugnou pelo estudo de outras soluções, que permitissem uma comparação séria e objectiva das vantagens e desvantagens na opção teimosamente defendida pelo Governo e pelo aparelho do Partido Socialista de localizar o aeroporto na OTA.

Por força dos partidos da oposição e da chamada sociedade civil, o Governo aceitou, com relativo desdém, analisar o estudo para a localização do novo aeroporto na margem sul, um deserto na versão do Senhor Ministro Mário Lino onde, “não há gente, não há escolas, não há hotéis, não há cidades, não há comércio”.

Quem considera a margem sul um deserto é que devia certamente ser enviado para algum local isolado a fim de ganhar um pouco de serenidade e bom senso.

Mas também o Senhor Primeiro-Ministro afirmava “perguntámos a três consultores internacionais o seguinte: “por favor digam-nos de todos os locais estudados de mais de uma dezena de sítios estudados, a OTA é ou não o melhor sítio. A resposta dos três consultores internacionais segundo o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates foi inequívoca “a OTA é o melhor sítio para construir o aeroporto”.

O vento leva todas as grandes decisões do Senhor Primeiro-Ministro.

De disparate de Ministro a disparate de Primeiro-Ministro, chegámos por força dos partidos da oposição a este novo estudo que reabriu o debate, e fundamentalmente, permitiu que a opção da localização na margem sul, opção que fora afastada em tempos, por motivos que hoje já não são relevantes nem impeditivos fosse analisada e comparada,



metodologicamente com a OTA.

Senhoras e Senhores Deputados,

A pouco e pouco percebeu-se que o Governo começava a ficar sem margem de manobra para manter a teimosia da localização do aeroporto na OTA e que a central de propaganda governamental procurava abrir caminho a uma solução que contrariava a vontade do executivo, mas que era a mais vantajosa para Portugal.

De notícia em notícia, chegamos à decisão final de aceitar a localização do Novo Aeroporto Internacional de Lisboa em Alcochete, e já vemos o Ministro Mário Lino o *jamais Ministre* a realçar as vantagens desta solução, como se sempre tivesse defendido esta posição.

Senhoras e Senhores Deputados,

Anos e anos a estudar e depois uma associação privada faz um estudo e em poucos meses chega a conclusões tão diferentes. Quanto gastou o Estado em estudos ao longo destes anos todos? Que credibilidade tiveram os estudos

passados? Em que País vivemos?

Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo tem vindo a recuar em toda linha nas mais diversas matérias.

Recuou no pagamento das reformas, depois de ter humilhado de forma inqualificável os reformados.

Num dia temos o Secretário de Estado da Segurança Social a dizer que não vai cumprir a lei aprovada pelo seu Governo. Resultado? O PSD a exigir o cumprimento da lei e a não aceitar as tais prestações que de tão suaves eram caricatas. Lá veio o Ministro desautorizar o seu Secretário de Estado e jurar o pagamento devido aos pensionistas.

E prepara-se felizmente o Governo para recuar na alta velocidade. O PSD já alertou o Governo para a necessidade de um estudo aprofundado deste investimento, numa análise custo/benefício, tal como o Presidente da República defendeu.

Não podemos aceitar teimosias como as da OTA agora na alta velocidade. O País está cansado de

tanta tralalhice.

Senhoras e Senhores Deputados,

O Governo das novas tecnologias e das novas oportunidades, o Governo do simplex não passa de um Governo em marcha-atrás, um Governo sem “rei nem roque”, sem linha de rumo e sem condutor.

O dito Governo da firmeza, esconde a sua incapacidade e o seu desnorte com a arrogância de um Primeiro-Ministro que não consegue pôr na ordem os seus Ministros e os seus Secretários de Estado. É tempo do Senhor Primeiro-Ministro por ordem no Governo e na governação.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Os avanços e recuos são constantes e o facto de o Governo acabar por acolher as nossas soluções não nos satisfaz. Porque se perde tempo, se gasta dinheiro, se ultrajam as populações.

Não pode o PS e o seu Governo pensar que pode e vai fazer o que quer com outras obras de vulto.

Refiro-me concretamente ao TGV.

Como já disse o PSD é claro também quanto a esta obra.

Trata-se de uma obra enorme, de custos avultadíssimos e que compromete financeiramente as gerações futuras.

Por isso, importa que qualquer decisão seja rodeada dos maiores cuidados e dos mais profundos e sérios estudos técnicos.

Reafirmamo-nos dispostos a ponderar a ligação ao resto da Europa por TGV.

Mas, quanto à ligação Lisboa/Porto a nossa posição está tomada e é transparente. Não concordamos com obras sumptuárias que nem os países ricos adoptam. E Portugal não é um País rico. Não aceitamos ser como este Governo que numa política de mealheiro asfixia a população, mas quer ao mesmo tempo gastar em jóias desnecessárias e ostentatórias.

Este Governo diz uma coisa hoje e faz outra amanhã. E se é bom que acabem por acatar a nossa posição o certo é que este catavento é muito prejudicial para o País.



Intervenção Deputado Fernando Antunes

11 de Janeiro de 2008
Debate temático com o Governo sobre o Programa
“Novas Oportunidades”

Senhor Presidente
Senhores Membros do Governo
Senhoras e Senhores Deputados

A formação e Requalificação dos nossos recursos humanos, que são claramente o nosso melhor património, são objectivos absolutamente fundamentais, sem os quais não há economia competitiva e a crescer nem uma sociedade culta e produtiva.

Concordar com os grandes objectivos da Iniciativa Novas Oportunidades é algo que nos une a todos. Apostar na qualificação dos recursos humanos é efectivamente um grande designio nacional e eleger o ensino técnico-profissional como uma das vertentes marcantes desse esforço e o 12º ano como referencial base de formação dos portugueses, são metas que devem conter a preocupação política e o sentido de Estado que a todos compete, para deixarmos de ser um País de recursos humanos não qualificados e com enorme insucesso Escolar.

Veja-se o facto de sermos o 2º País com menos taxa de conclusão de educação ou formação de nível secundário, na União Europeia na faixa etária dos 20 aos 24 anos com 43,7%, sendo de 64% na faixa etária dos 25 aos 34 anos, 79,9% dos 35 aos 44 anos e piorando sempre que se avança na faixa etária. Somos efectivamente o pior País da União Europeia em termos de qualificação.

O Primeiro-Ministro definiu em 21 de Setembro de 2005 a meta de 2010 para qualificar um milhão de Portugueses e triplicar a oferta de cursos técnico-profissionais para educação e formação de adultos.

O Governo traz hoje ao Parlamento as Novas Oportunidades e brinda-nos com um referencial de números com que vaidosamente se presenteia com louros elouvaminhas ao caminho até agora percorrido na prossecução dos objectivos que traçou. O Governo e a maioria socialista deviam lembrar-se que a necessidade de qualificação dos portugueses não se compadece com vanglórias de cariz partidário e que as estatísticas relativas à formação profissional e aos parâmetros aplicáveis quer à Escola quer às empresas nos dizem claramente que há um enorme campo a percorrer.

O PSD entende que o desafio que está posto ao Governo, à Sociedade, à Escola, às Empresas e aos Portugueses se pode comparar a uma enorme auto-estrada que viu o seu estudo prévio e

projecto aprovados e que está agora a iniciar o processo de construção – é um processo que implica exigência para que seja credível já que se exige que a mesma seja uma auto-estrada com portagens que signifiquem patamares de acreditação.

Uma formação que desacredite o sistema em relação aos participantes ou às empresas é um passo para o inêxito.

Os exemplos de facilitismo que nos vêm do Governo nomeadamente do Ministério da Educação e que visam estatísticas de sucesso escolar que infelizmente não correspondem a qualificação dos alunos, levam-nos a temer tentações de conseguir para as “Novas Oportunidades” resultados que, se reflectirem apenas números, constituirão uma autêntica fraude e um engano para quem quer qualificar-se.

Efectivamente o facilitismo não qualifica ninguém.

O PSD quer que esta seja efectivamente uma auto-estrada de autênticas Novas Oportunidades para a qualificação e escolarização da nossa população activa e para a qualificação dos jovens na via profissionalizante. Queremos que seja um caminhar onde o vencer de etapas seja um objectivo, - uma auto-estrada construída mas uma auto-estrada com portagens – portagens de realização pessoal, profissional e educacional.

Esta é uma Nova Oportunidade que pode muito bem ser a última para, tendo os meios financeiros necessários, ultrapassarmos com êxito e resultados credíveis esta aposta nas pessoas e na sua afirmação cultural e profissional.

Temos pois que apostar na acreditação e não na desacreditação !

É por isso que propomos ao Governo a criação de um Observatório Permanente das Novas Oportunidades que audite permanentemente dois dos seus grandes objectivos: A qualidade da Formação e Qualificação e a vertente da Empregabilidade.

O PSD congratula-se com a adesão das Empresas e das pessoas, indo de encontro às metas previstas pelo Governo e as dúvidas e críticas ao processo em curso, devem ser entendidas como uma participação construtiva de quem pretende prevenir para não termos que remediar numa matéria que é de evidente interesse nacional. Mais do que massificar esta iniciativa de formação e escolarização entendemos que a qualidade da mesma é imprescindível para a obtenção de benefícios concretos como sejam o melhor emprego e mais qualificação.

Registamos a recente publicação do Regulamento do procedimento de acreditação de avaliadores externos no âmbito dos Centros de Novas Oportunidades, que pode e deve ser um processo que conduza a mais e melhor avaliação externa e ao reconhecimento social sobre a qualidade da formação ministrada e certificação conferida. Há contudo que dar-lhe a transparência e a credibilidade que elimine qualquer dúvida. É pena que esta Portaria apareça mais de dois anos depois do lançamento do Programa e de mais de 50 mil certificados emitidos.

Se é importante a análise dos meios e caminhos utilizados para atingirmos os objectivos de qualificação, não quero terminar sem uma referência ao campo dos princípios e dos fins que são subjacentes ao Programa das “Novas Oportunidades” e que lhe estão a montante e a juzante.

No primeiro caso o tipo de formação recebida, o acompanhamento, a progressão modular como modelo pedagógico, o método de certificação, a ligação às comunidades locais, com papel preponderante para as Empresas, para os Municípios ou outros agentes, são razões importantes do êxito da inserção sócio-profissional, para não falar de todo um caminho que na via do ensino há que promover na orientação do aluno para o ensino profissional.

É a juzante contudo que se criam enormes responsabilidades para o Governo face ao estado geral da Economia do País, face à subida do número de desempregados e ao vazio perante tanta expectativa que as “Novas Oportunidades” criam quer às empresas quer aos 31% de desempregados que estão inscritos no Programa.

A necessidade de valorização social, implícita na frequência do Programa, não é compatível com a dramática situação do País, incapaz de sustentar o aumento do desemprego, agravado diariamente pela difícil situação económica das Empresas.

Com efeito de acordo com o INE entre o 3º trimestre de 2005 e o 3º trimestre de 2007 perderam-se 124 mil empregos qualificados, ao mesmo tempo que todos os anos se tem verificado um aumento da população activa o que implicaria também por aí a criação de novos empregos.

Infelizmente é dramático constatar que:

- O ritmo de criação de emprego é inferior ao da destruição de emprego;
- Tem sido destruído emprego



qualificado e criado emprego a tempo parcial, a prazo e pouco qualificado;

- Com as previsões de crescimento da Economia para 2008, tudo aponta para que a taxa de desemprego possa aumentar, pese embora em termos da formação profissional no âmbito do QREN e com a habitual habilidade do Governo para manipular estatísticas os que tenham acesso à formação profissional possam vir a ser considerados empregados, o que não é verdade!

Há pois que ser realista! ... O Governo constrói castelos de areia e esquece que é o grande responsável pela total asfixia fiscal que afecta a actividade de muitas Empresas levando, todos os dias, muitas delas à falência.

Congratulamo-nos, repito, com os números apresentados de adesão da população activa, ao Programa “Novas Oportunidades”.

O PSD defende a credibilidade do Programa reconhecendo que:

- É um bom Programa e merece uma Boa Execução;
- O esforço das pessoas deve ser recompensado com a seriedade dos processos que não podem ser inquinados por objectivos meramente estatísticos;
- A atribuição de um grau académico deve implicar valorização social e aquisição efectiva de competências.

É no entanto com a profunda preocupação do PSD que, muito por culpa das políticas do Governo, haja profundas dificuldades em corresponder às legítimas expectativas de muitos milhares de Portugueses que, porventura mais qualificados, continuarão na situação dramática de desemprego sem ver luz ao fundo do túnel e sem futuro à vista.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO AGOSTINHO BRANQUINHO

A.R., 4 DE JANEIRO DE 2008

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

A Assembleia da República está hoje a discutir, nos termos da legislação aprovada por larguíssima maioria deste Parlamento, o Relatório da Regulação e o Relatório de Actividades e Contas, ambos referentes ao ano de 2006, produzidos pela ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, após a audição da mesma, ocorrida em 21 de Novembro passado.

Trata-se do primeiro documento elaborado por aquela entidade reguladora, a única que, neste momento, tem dignidade constitucional e que, nos termos da nossa Constituição e da Lei, responde perante a Assembleia da República e que entrou em funções em 17 de Fevereiro de 2006.

A **primeira nota** que gostaria de relevar prende-se com a **actividade de regulação**. Como se poderá verificar no Parecer produzido e aprovado por unanimidade na 12ª Comissão Permanente Parlamentar de Ética, Sociedade e Cultura, a actividade de regulação é uma *boa prática* seguida praticamente em todos os países democráticos, sendo certo que, só na Europa, são 42 os países cujas entidades integram a Plataforma que reúne os diferentes Reguladores, havendo ainda mais dois países que os seus organismos não são membros daquela associação. No Parecer antes referido, faz-se, ainda, uma análise das competências de seis entidades reguladoras europeias, com enorme prestígio e em diferentes realidades sociais, económicas e culturais, como é o caso do Reino Unido, da Dinamarca, da Itália, da Catalunha e da Bélgica, bem como da portuguesa e pode-se facilmente constatar que, em domínios tão diversos como é o caso dos poderes de supervisão e das competências de regulação, entre as quais a atribuição de licenças e autorizações, o registo, as queixas, as sanções ou a monitorização de conteúdos, há naturais diferenças mas **há uma matriz comum, onde a situação Portuguesa enquadra-se nos standards estabelecidos**.

A **segunda nota**, tem a ver com algo insólito, mas também demonstrativo daquilo que é a **realidade da comunicação social em Portugal**. O Relatório da Regulação, referente ao ano de 2006, é um excelente documento, bem elaborado e que faz um retrato factual da situação da Comunicação Social em Portugal, em áreas como a apresentação dos Grupos económicos



que operam neste sector, a distribuição do investimento publicitário pelos diferentes meios, uma análise às diferentes plataformas do audiovisual e à imprensa, o cumprimento das obrigações dos operadores de televisão, o público e os privados, uma profunda e detalhada análise dos conteúdos dos programas e da informação, quer na televisão, quer na imprensa, bem como uma ligeiríssima abordagem à problemática das sondagens.

Pois bem, **este Relatório não mereceu uma única linha sequer, um segundo de antena, na esmagadora maioria dos meios de comunicação social, sobretudo os mais relevantes em termos de impacto público**. Não sei se isso se deve à dimensão do Relatório da Regulação com as suas 597 páginas ou se ao facto de os mensageiros não terem gostado da sua realidade quando com ela foram confrontados.

Mas, permita-me Senhor Presidente que realce um dos aspectos que o Relatório da Regulação põe em evidência e que se prende com a governamentalização da informação televisiva em Portugal. O documento da ERC demonstra, com números, de forma muito objectiva, o fundamento dessa crítica que tem vindo a ser feita por largos sectores da sociedade portuguesa. Não se trata de indícios mas sim de factos, onde se prova que há um problema grave de ausência de pluralismo e da independência nos operadores de televisão, o público (a RTP) e os privados (onde no período analisado entre Setembro e Dezembro de 2006, a situação é até bem mais chocante em termos de equidade no acesso).

Dois pequenos exemplos, tendo como referência as fontes de informação da Política Nacional e num dos operadores televisivos privados: nesse período de quatro meses, o PCP

não foi fonte em qualquer uma das 67 notícias emitidas no principal jornal nacional desse canal e o peso da informação com origem no Governo e no PS foi cinco vezes superior ao do principal partido da oposição.

Há, obviamente, um problema de pluralismo na informação televisiva em Portugal que urge resolver, em nome da qualidade da nossa democracia.

A **terceira nota** tem a ver com o **exercício da regulação do sector da Comunicação Social em Portugal, nas últimas três décadas. É claro que o balanço é negativo, apesar de se dever salientar o enorme salto qualitativo que se registou nos últimos dois anos**. E esse é o enorme desafio que a actual Entidade Reguladora tem pela frente – ou seja, a da afirmação de uma regulação presente, no âmbito das suas competências, mas que não asfixie o sector. Uma regulação que não fuja às suas responsabilidades, mas que tenha a visão estratégica de promover e de estimular a auto e a co-regulação. Caso consiga esse desiderato, teremos, então, uma mudança qualitativa digna de registo e que nos poderá fazer ombrear com a generalidade das democracias

europeias e mundiais.

Uma palavra final sobre este Relatório e a reflexão que ele deve merecer na nossa sociedade. O Senhor Presidente da Assembleia da República, no seu trajecto político e profissional, teve vários encontros com realidades diversas, entre as quais a da Comunicação Social. Por isso, Vossa Excelência está bem consciente da importância que tem para a Democracia a existência de uma verdadeira liberdade de imprensa.

Foi, aliás, por isso que o legislador constitucional consagrou poderes de fiscalização muito claros, nesta área, à Assembleia da República. A discussão destas matérias no Parlamento e, sobretudo, a luta por uma Comunicação Social plural, independente de quaisquer poderes, é um desígnio nacional. A construção de uma sociedade mais livre e mais justa, no âmbito de uma Democracia que se pretende que tenha cada vez mais qualidade, impõe que a liberdade de expressão tenha um papel determinante e seja uma realidade vivida por toda a nossa comunidade nacional.

Intervenção do Deputado José Manuel Ribeiro

Assembleia da República – Reunião Plenária - 2008. Jan. 10
Intervenção no PAOD - Declaração Política

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

“Sócrates escuta, Anadia está em luta”. Foi desta forma que milhares de anadienses gritaram, revoltados, quando souberam a decisão final do Governo de encerrar o Serviço de Urgências do Hospital de Anadia.

Anadia não foi um caso isolado. Manifestações similares ocorreram em vários pontos do nosso País. As populações saíram à rua para demonstrar a sua indignação perante o fecho de vários serviços públicos de saúde nas suas localidades. Gritaram contra esta política irresponsável do Governo que as está a prejudicar!

Alijó, Barcelos, Chaves, Peso da Régua, São Pedro do Sul, Vila Pouca de Aguiar e Vouzela, são, alguns dos muitos exemplos que podem ser citados.

Nada escapou à fúria desenfreada do Governo de tudo fechar: serviços de urgência, maternidades, blocos de partos e serviços de atendimento permanente.

Na verdade, nos primeiros dias do ano 2008, Portugal, ficou ainda mais



injusto. Mais injusto, porque a saúde é um direito fundamental e esta decisão do Governo deixa muitos cidadãos do nosso País privados de um serviço público de saúde de proximidade, com qualidade, nada mais lhes restando como alternativa do que serviços



distantes, a rebentar pelas costuras e em ruptura, ou seja, falsas alternativas.

E isto tem um nome: insensibilidade!

Permitam que dê como exemplo o meu Concelho – Anadia. O que aqui se passou é revoltante, é deplorável!

O Hospital de Anadia é reconhecido pelos altos níveis técnicos e pelos serviços humanizados e personalizados que presta.

O seu edifício foi, ao longo dos anos, alvo de profundas remodelações com o objectivo de oferecer, às populações de Anadia e dos concelhos limítrofes, cuidados de saúde da mais elevada qualidade.

A última grande intervenção terminou há cerca de três anos e teve uma incidência especial no serviço de urgências, que foi totalmente remodelado e adaptado às mais exigentes condições.

Com todas estas obras e com a aquisição de equipamentos, o Estado investiu um montante próximo de quatro milhões de euros. Dinheiro que não é do Governo, dinheiro que não é do Estado, mas sim de todos nós. É o dinheiro dos nossos impostos!

Falo de um hospital que, em Julho de 2006, foi acreditado pelo *Health Quality Service*, organismo internacional de qualidade em saúde, por cumprir os mais rigorosos critérios de qualidade.

O Hospital de Anadia foi, ainda, o primeiro hospital de nível 1 em todo o País, a utilizar no seu serviço de urgência o “Sistema de Triagem de Manchester”, o que aconteceu em Agosto de 2005, sendo a referência nacional na introdução deste protocolo.

Em 2007, o Serviço de Urgências do Hospital de Anadia atendeu quase 41 mil cidadãos, o que representa uma média de 112 utentes/dia, sendo que as situações de urgência propriamente dita (emergentes, muito urgentes e urgentes) correspondem a cerca de 62 por cento destes atendimentos.

Trata-se de um serviço de urgência equipado com desfibrilhadores, ventiladores, carro de emergência, bombas perfusoras, electrocardiógrafo e material de imobilização em trauma, dispondo de salas diferenciadas para crianças e adultos, possuindo ainda apoio de equipamentos de radiologia e de ecografia que contemplam a digitalização da imagem.

Os seus profissionais de saúde têm, praticamente na sua totalidade, formação em suporte avançado de vida.

Em 2006, foi realizado um inquérito no sentido de avaliar o grau de satisfação dos utentes. Numa amostra de 553 utentes, o grau de satisfação foi de 89 por cento. Não serão estes resultados suficientemente esclarecedores, Senhores

Deputados?!...

Porventura não o serão para este Ministro da Saúde que, lamentavelmente, encerra um serviço de saúde de qualidade, considerado por todos como necessário e imprescindível. Uma vergonha, uma irresponsabilidade!!!

Mas não é ao Ministro da Saúde que as maiores responsabilidades devem ser imputadas. Não: o grande responsável é o Engenheiro José Sócrates.

É ao Primeiro-Ministro que os Anadienses em particular e os Portugueses em geral, devem imputar a culpa de todas as malfetorias e atentados a que temos assistido, não só em Anadia, mas um pouco por todo o País.

É ele o verdadeiro “coveiro” do Serviço Nacional de Saúde.

Consideramos perfeitamente normal e admissível que o Governo

pretenda efectuar reestruturações e reformas. É até salutar que assim seja. Mas o que se passa não é uma coisa nem outra. Trata-se do encerramento puro e simples de serviços sem disponibilizar verdadeiras alternativas. É a mais vil destruição de direitos constitucionalmente consagrados. É trucidar os interesses dos Portugueses.

Desafortunadamente, este Governo corta onde não deve cortar. E onde o devia fazer, não faz. Devia, antes, cortar nas SCUT e na gordura balofa do Estado. Isto, sim, seria coragem!

Ao invés, ataca a área da saúde, precisamente aquela que deveria ser a última a sofrer amputações. Assim, atinge – ou melhor – prejudica os mais fracos, idosos e crianças debilitados pela doença.

Infelizmente, é este Governo pesporrente, arrogante, prepotente e

de requintado cinismo que governa o nosso País, promovendo este enorme retrocesso civilizacional.

Um Governo socialista de profunda insensibilidade social que esqueceu, há muito, que o centro e a razão da governação são as pessoas! Só assim é que a política faz sentido! E, um Governo que se esquece disto, não merece ter a digna tarefa de governar os Portugueses e de estar à frente dos destinos de Portugal!

Termino, Senhor Presidente e Senhores Deputados, citando Eça de Queiroz, que na sua obra “O Conde D’Abranhos” disse algo que é hoje de grande actualidade: “Este Governo não cairá porque não é um edifício, sairá com benzina porque é uma nódoa.”

Haja pois muita benzina, para tirar esta grande nódoa socialista da governação de Portugal.

Disse.

Intervenção

Deputado Feliciano Barreiras Duarte

A.R., 4 de Janeiro de 2008

SOBRE O RELATÓRIO DE REGULAÇÃO E CONTAS DA ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Neste debate para apreciação do Relatório de Regulação e Contas da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) relativo ao seu primeiro ano de vida (2006), o PSD entende por bem enfatizar o seguinte:

Em primeiro lugar a grande qualidade do relatório que hoje nos é proposto, da autoria do Senhor Deputado Agostinho Branquinho. Este relatório – a que deveremos chamar de Relatório Branquinho – permite-nos conhecer de forma exaustiva o panorama da Comunicação Social em Portugal.

E em, segundo lugar este relatório em termos quantitativos e qualitativos (há que reconhecê-lo) permite-nos concluir, que através da entrada em funcionamento da ERC, tivemos um aumento significativo da qualidade da regulação no sector da Comunicação Social em relação ao passado, muito em particular em termos comparativos com o trabalho que até há um ano atrás foi/era realizado pela Alta Autoridade para a Comunicação Social.

Mas, Senhoras e Senhores Deputados,

Este relatório vem confirmar também de forma muito clara, o enquistamento, o bloqueamento e a governamentalização excessiva de alguns media em Portugal.

Estes e outros – que infelizmente são muitos – exemplos, que poderão ser decalcados deste Relatório Branquinho, confirmam muitas das chamadas de atenção e preocupações que o PSD tem vindo a denunciar.

Este relatório nestas matérias vem dar razão ao PSD.

O caso da governamentalização, com conteúdos diversos e excessiva concentração de informação do governo e do Partido Socialista, são escandalosos.

Existe hoje em Portugal, de forma muito significativa, uma presença excessiva do governo e do Partido Socialista, em detrimento dos Partidos políticos da Oposição e de outras entidades que não têm voz em quase lado nenhum, sobretudo na informação televisiva.

O pluralismo da informação deve-nos preocupar. Porque tem que ver com a qualidade da Democracia. Que o Relatório Branquinho, sirva, para que a ERC, os operadores do sector e demais intervenientes, contribuam para que estes bloqueamentos e estrangulamentos sejam alterados.

É isso que desejo que se consiga e se constate quando debatermos o relatório referente a 2008.

Disse.



Artigo de Opinião

O «efeito Cadilhe» e o BCP

Ricardo Rio (*)

O Millennium BCP, a maior instituição financeira privada portuguesa, viveu em 2007 o seu annus horribilis, tal foi a sucessão de factos e ocorrências que perturbaram o normal funcionamento do Grupo.

No cômputo geral, o BCP sofreu uma pesada desvalorização do seu valor face às cotações atingidas em Bolsa nos meses de Junho e Julho, mudou duas vezes de Administração (com a segunda transição ainda em curso) e viu o seu nome na lama mediática pelos piores motivos.

Afinal, quem suporia há apenas um ano que o Banco acabaria 2007 com vários dos seus Administradores anteriores em risco de serem inibidos pelo Banco de Portugal, que sofreria denúncias de favorecimentos a clientes e familiares de Administradores e que seria acusado de alegadamente promover falsificações contabilísticas e outras práticas ilegais.

No meio de tudo isto, chamuscouse Paulo Teixeira Pinto, que herdara a mais difícil das sucessões vai para dois anos, queimou-se Filipe Pinhal, que se assumia como o delfim desejado da anterior Administração, e foi literalmente incinerado Jardim Gonçalves, o principal pai e mentor do projecto, uma figura de referência no tecido financeiro e empresarial nacional das últimas três décadas.

Quem quer que assistisse aos tristes episódios do Verão Quente do Millennium e temesse pela estabilidade da gestão da instituição, jamais poderia supor que o inferno chegaria mesmo no período de Inverno, com uma sucessão de episódios alucinantes, em que praticamente ninguém ficou bem na fotografia.

O caso do BCP serve, aliás, para colocar sérias dúvidas quanto à capacidade reguladora de várias entidades, cuja iniciativa fiscalizadora parece ter chegado a reboque dos factos divulgados na comunicação social, após a total passividade que

exibiram durante a ocorrência dos actos agora tidos por condenáveis.

Perante este cumular de situações, compreende-se que os accionistas do Banco, como os seus colaboradores e clientes ou como a generalidade dos agentes económicos e da opinião pública nacionais, clamassem por uma solução que garantisse a estabilidade da gestão e devolvesse o Banco ao rumo do crescimento que sempre traçou e que tanto contribuiu para o fortalecimento e afirmação internacional da economia portuguesa.

Neste contexto, qualquer dos públicos citados não se mostraria especialmente incomodado pelas estranhas condicionantes que envolveram o processo de apresentação da primeira lista concorrente ao Conselho de Administração Executivo do Banco, liderada pelo ex-Presidente da Caixa Geral de Depósitos Carlos Santos Ferreira.

Nem com a aparente falta de transparência (para não se invocar questões éticas) de uma tal transferência de recursos de topo da administração de um banco público para o seu maior concorrente na esfera privada, nem pela intervenção descabida do Governador do Banco de Portugal, nem pela ingerência tácita do Governo nos destinos de uma instituição privada, nem com o protagonismo ou a agenda particular de certos accionistas de referência.

Naquela conjuntura, o aparecimento de uma lista que era subscrita por um leque de accionistas que agrupava uma percentagem próxima dos 40% do capital do banco, que recebia o beneplácito de Constâncio e Teixeira dos Santos e que reunia profissionais de valia incontestável como Paulo Macedo ou José João Guilherme, trazendo o lastro de sucesso da equipa de Santos Ferreira na Caixa Geral de Depósitos, era naturalmente bem recebido.

Todavia, há momentos na vida das instituições em que não se pode tomar



tudo como normal ou tolerável e em que cumpre a cada um dar o que estiver ao seu alcance para mudar o status quo.

No Millennium BCP, Miguel Cadilhe tem, quer e pode dar muito ao futuro desta instituição, sendo pois de saudar a iniciativa que tomou de avançar com a sua lista para o Conselho de Administração Executivo do Banco.

A sua equipa conjuga “independência e valor”, visando preservar a independência do Banco e trazer valor para o Banco e os seus accionistas”.

Há quem veja agora nas duas listas em confronto uma guerra estritamente partidária. Há quem ache que apenas traduzem a disputa entre poderes paralelos da sociedade portuguesa.

Qualquer que seja o caso, é quase inédita uma situação em que duas listas disputem de forma aberta a liderança de uma sociedade com a dimensão do Millennium BCP.

À margem do ponto de partida de cada uma delas e dos apoios

inicialmente associados aos seus subscritores, das intenções aparentemente declaradas de alteração de posição de certos accionistas importantes ou das fracturas que poderão decorrer de outras propostas que vão ser também sufragadas na Assembleia Geral de dia 15 de Janeiro, há um factor que assume uma importância decisiva neste tipo de processos.

Santos Ferreira e a sua equipa surgiram como solução de “aparente consenso” para resolver o problema do BCP, disponibilizando-se a cumprir esse papel. Miguel Cadilhe e os seus eleitos querem a Presidência do BCP e partiram para a contenda conscientes do desafio que tinham pela frente.

Querer é poder? Os accionistas do BCP decidem. - (*) *Economista, Vereador da CM de Braga, Presidente da CPS/PSD-Braga*

Nota da Redacção: Este artigo foi escrito antes da eleição dos novos corpos gerentes do BCP

Millennium
bcp

Notícias da Madeira

Próximo «Congresso Regional» agendado para 18 e 19 de Abril

A preparação do próximo congresso regional, agendado para 18 e 19 de Abril, foi o ponto principal da agenda da reunião da comissão política do PSD-Madeira, realizada na semana passada.

Depois da aprovação da alteração dos estatutos proposta pelo presidente social-democrata madeirense, Alberto João Jardim, em conselho regional, a 15 de Dezembro, o líder do PSD/M está a elaborar o projecto que vai apresentar na próxima reunião magna e diz ter desencadeado o processo que visa preparar o partido para a sua substituição na liderança em 2011.

Jardim já afirmou que o seu principal objectivo é “deixar em 2011 um partido unido, credível e vitorioso”.

A 17 de Janeiro, Jardim começa a ouvir as bases e pondera a escolha dos nomes que vão constituir a nova comissão política regional do PSD/M.

Os estatutos aprovados reduziram o número dos elementos da comissão política para 30 militantes, todos em pé de igualdade visto que deixam de existir os vice-presidentes.

Este órgão partidário passa a ser constituído por um presidente, 24 vogais, além de representantes das estruturas partidárias (como a JSD e TSD), e um elemento (por inerência) do grupo parlamentar que será eleito pelos deputados.

O secretariado do partido, liderado por Jaime Ramos, deixou de ter direito a voto nas decisões da comissão política e foi extinto o cargo de secretário-geral adjunto do PSD que é ocupado até congresso por Filipe Malheiro.

A situação política nacional e regional, a festa anual do PSD/M no Chão da Lagoa são outros pontos da agenda. – Fonte: Lusa

Nova comissão política regional é “inter-geracional e com muita responsabilidade” – afirmou Alberto João

O presidente do PSD/Madeira, Alberto João Jardim, classificou a lista da nova comissão política regional do partido, que irá apresentar a partir de quinta-feira às bases, de “inter-geracional e com muita responsabilidade”.

“É uma comissão que representa todas as faixas etárias do partido e tem de fazer quatro eleições (autárquicas, nacionais, europeias e presidenciais), além de preparar o congresso do primeiro trimestre de 2011 que será um momento muito importante de transição do partido”, revelou Jardim, enumerando os desafios da reformulada comissão política social democrata cuja composição foi anunciada no Funchal.



Jardim rejeitou a ideia de que teria retirado figuras importantes, casos de João Cunha e Silva e o Miguel Albuquerque, apontados há muitos anos como “delfins”.

“Ninguém foi retirado, estão é a exercer outras missões partidárias e até se encontram em posição mais à vontade, pois sendo presidentes de órgãos que são independentes da comissão política, não estão presos a compromissos, embora estejam sujeitos a orientação partidária”, esclareceu.

Neste projecto de Jardim, João Cunha e Silva (vice-presidente do Governo Regional) e Miguel Albuquerque (presidente da câmara municipal do Funchal) foram excluídos da comissão política, mas aceitaram o convite para presidentes, da Mesa e do Conselho de Jurisdição Regional, respectivamente.

No âmbito do seu processo de transição na liderança, Jardim promoveu uma alteração dos estatutos do partido e reduziu a comissão política regional para 30 elementos, eliminou o cargo de vice-presidentes e colocou todos como vogais, em pé de igualdade.

Jardim garantindo que o seu sucessor surgirá dos “10 mil militantes do PSD/M, partido que não é um laboratório experimental”.

De fora da lista que Jardim vai debater com as bases, ficaram também, entre outros, o eurodeputado Sérgio Marques, Francisco Santos (ex-secretário regional da Educação), Gabriel Drummond (deputado e responsável da FAMA - Fórum Autonomia), Savino Correia (ex-presidente da câmara municipal de Santa Cruz).

Quanto aos 24 nomes já escolhidos por Jardim, o destaque vai para as entradas de Nélcio Mendonça (ex-deputado e ex-presidente da ALM), João Carlos Abreu (ex-secretário do Turismo),

Luís Dantas (chefe de gabinete do presidente do executivo madeirense), Correia de Jesus (deputado na Assembleia da República), Ventura Albuquerque e Francisco Jardim Ramos, (secretários regionais do Plano e Finanças e dos Assuntos Sociais, respectivamente).

Também Filipe Malheiro (era secretário-geral adjunto do partido), Bruno Pereira e Rubina Leal (vice-presidente e vereadora do município funchalense) são outras figuras que passam a integrar a nova comissão política social-democrata madeirense.

Nesta lista permanecem elementos como Miguel Mendonça, Guilherme Silva, Alberto Casimiro, Santos Costa, Manuel António Correia, Miguel Sousa, Paulo Fontes, Tranquada Gomes, Coito Pita, Fernanda Cardoso, João Machado, Roberto Silva, Luís Nuno Olim, Carlos Pereira e Bruno Teixeira de Jesus.

Este órgão do PSD/M terá ainda um representante eleito por voto secreto pelo grupo parlamentar na Assembleia Legislativa da Madeira, dois da JSD e um representante dos TSD e o secretário-geral, sem direito a voto.

Jardim, que decidiu recandidatar-se à liderança no congresso regional agendado para 5 e 6 de Abril, preparando o partido para a sua saída em 2011, vai reunir a partir de quinta-feira com as bases do partido.

Nestes encontros com militantes dos diferentes concelhos e as freguesias do Funchal, o líder regional vai apresentar o novo projecto que visa deixar o partido “unido e vencedor”.

Começa as reuniões com as bases em Santana, estando previstos encontros com militantes também Machico, Santa Cruz, e das freguesias funchalenses da Sé, Santa Luzia, S. Pedro e Imaculado Coração de Maria.

Sexta-feira, Jardim desloca-se ao Porto Santo, retomando a agenda a 22 de Janeiro na zona oeste da ilha da Madeira, na Ponta do Sol, Calheta e

Porto Moniz, encerrando o dia no Funchal com representantes de S. Martinho e Santo António.

A 23 de Janeiro desloca-se a S. Vicente, Ribeira Brava, Câmara de Lobos e S. Gonçalo (Funchal).

O périplo termina a 24 Janeiro dedicado às restantes freguesias do concelho do Funchal (Santa Maria Maior, S. Roque e Monte)

Até 11 de Fevereiro, Jardim deve entregar a lista e tem até dia 29 para apresentar a moção, estando agendadas as eleições directas no partido a 09 de Março. - Lusa

PSD/M vai apresentar lei de incompatibilidades para deputados da Madeira depois da revisão constitucional de 2009.

Alberto João Jardim, anunciou no dia 15, que o partido vai apresentar uma lei de incompatibilidades e impedimentos para os deputados da Madeira depois da revisão constitucional de 2009.

Alberto João Jardim reagia, assim, ao chumbo do Tribunal Constitucional (TC) à Lei que estabelece o “Regime de Execução das Incompatibilidades e Impedimentos dos Deputados à Assembleia Legislativa da Madeira”, aprovada a 22 de Novembro de 2007 no parlamento regional.

O TC chumbou o diploma em resposta a um pedido de fiscalização do representante da República na Região, o juiz-conselheiro Monteiro Diniz.

O Tribunal considerou que a lei tinha sido aprovado por um órgão que não tinha competência para o fazer - o parlamento regional.

“O compromisso de alterar a Lei das Incompatibilidades, não fazendo algo de fundamentalismo como por exemplo existe na lei nacional, mantêm-se”, disse João Jardim, à chegada à presidência do Governo Regional.

“Não passou desta maneira, vamos, agora, esperar pela revisão constitucional para, depois, em função do Estatuto que se fizer decorrente dessa revisão, então, meter isso lá”, anunciou.

“É um compromisso do PSD-M”, garantiu.

“O Tribunal Constitucional entende que é inconstitucional, desta vez respeitou o Estatuto, das outras vezes não respeitou o Estatuto, vá lá a gente se entender com este Tribunal Constitucional”, comentou ainda.

Adiantou ainda que o PSD-M cumpre a lei e não fará dos parlamentos “uma desertificação para colocar lá a mediocridade”. -



Notícias de Lisboa

Assembleia Municipal deve ser informada dos esclarecimentos que o Tribunal de Contas pediu à Câmara sobre empréstimo a contrair



O líder da bancada social-democrata na Assembleia Municipal de Lisboa, Saldanha Serra, quer que aquele órgão seja informado dos esclarecimentos que o Tribunal de Contas pediu à Câmara sobre o empréstimo que a autarquia lisboeta quer contrair.

Numa carta dirigida à presidente da Assembleia Municipal de Lisboa (AML), Paula Teixeira da Cruz, Saldanha Serra pede acesso a “todo o expediente, actual e futuro, trocado entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Tribunal de Contas no âmbito deste empréstimo”.

O Tribunal de Contas (TC) pediu “informação adicional” à Câmara de Lisboa sobre a primeira tranche do empréstimo, de 360 milhões de euros, à Caixa Geral de Depósitos.

O vereador independente Carmona Rodrigues disse quinta-feira aos jornalistas que a lista dos fornecedores a quem a autarquia deve dinheiro é um dos “esclarecimentos adicionais” pedidos.

Saldanha Serra afirma na carta que o acesso a estes pedidos do TC por parte dos deputados municipais visa integrar a AML “num processo de que não pode ser mantida à parte, naturalmente no respeito pelas competências próprias pelas competências de cada órgão autárquico”.

“O conhecimento correcto, completo e atempado do desenvolvimento de todo o processo relativo ao empréstimo de 360 milhões de euros contraído pela CML é obrigatório e essencial para que a Assembleia Municipal e os grupos municipais que a integram possam exercer plenamente as suas

competências de acompanhamento e fiscalização da actividade municipal”, sustenta o líder da bancada do PSD.

Segundo Saldanha Serra, “o facto de a comunicação social saber mais que a Assembleia Municipal de Lisboa não respeita este órgão municipal, sendo de todo injustificado e injustificável, tanto mais que este empréstimo foi nela aprovado”. O empréstimo tem um valor total de 400 milhões de euros e será



contraído junto da Caixa Geral de Depósitos.

Apesar de o empréstimo ser de 400 milhões de euros apenas a primeira tranche (360 milhões de euros) foi submetida ao Tribunal de Contas, destinando-se a pagar dívidas a fornecedores contraídas em mandatos anteriores.

O deputado municipal solicitou, numa outra carta a Paula Teixeira da Cruz, que a presidente da AML peça

igualmente à Câmara o envio do relatório da sindicância aos serviços de Urbanismo, que está hoje a ser discutido, desde cerca das 09:30, em reunião extraordinária do executivo municipal.

A proposta que o presidente da Câmara, António Costa (PS), leva a esta reunião determina o envio do relatório à AML, bem como ao secretário de Estado Adjunto da Administração Local, às ordens dos arquitectos e engenheiros e à Associação nacional dos Engenheiros Técnicos.

Carlos Carreiras, declarou-se convicto do chumbo, pelo Tribunal de Contas do empréstimo pedido pela Câmara Municipal de Lisboa.

O presidente da distrital de Lisboa do PSD, Carlos Carreiras, declarou-se convicto e disse ter dados que apontam para o chumbo pelo Tribunal de Contas do empréstimo pedido pela Câmara Municipal de Lisboa.

Carlos Carreiras falava durante um jantar com a secção D do PSD de Lisboa, em que esteve presente o presidente do partido, Luís Filipe Menezes.

“Provavelmente no dia 20 não estará aprovado o empréstimo. A minha convicção e os dados que tenho é que ele não será aprovado”, revelou.

“Não nos quiseram ouvir, mas não é por isso que nos iremos vingar”, acrescentou.

O líder do PSD/Lisboa lembrou que a proposta de empréstimo para saneamento financeiro “foi aprovada

em Assembleia Municipal no dia 4 de Dezembro” e referiu que “a 4 de Janeiro deviam estar a ser pagas as dívidas da câmara”.

Caso o pedido de empréstimo seja chumbado, “nem pense o presidente da câmara em fazer uma crise intercalar”, avisou Carlos Carreiras.

“Nós não queremos que ele se demita. Já percebemos que não gosta, não tem jeito para ser presidente da câmara, mas fique até ao fim que nós depois vamos reconquistá-la em 2009”, disse.

Luís Filipe Menezes subscreveu que o PSD discorda de eleições intercalares em Lisboa porque é “pela estabilidade política”, embora não tema “eleições nenhuma, sejam numa pequena freguesia ou numa grande cidade”.

Os dois dirigentes do PSD estiveram de acordo no elogio à anterior gestão social-democrata da câmara de Lisboa. “Tivemos uma excelente gestão na cidade de Lisboa. Não nos envergonhamos de nada do que fizemos”, declarou Menezes.

“Não devemos ter vergonha do que fizemos na Câmara Municipal de Lisboa. Podíamos ter feito mais, podíamos ter feito diferente com certeza, mas não aumentámos o endividamento, reduzimo-lo, tivemos mais receitas do que despesas”, dissera, antes, Carlos Carreiras.

“Não posso ter militantes nossos a dizer que o PS tem razão e que nós é que estragámos a câmara”, criticou o presidente da distrital de Lisboa do PSD, a esse propósito, sem referir nomes.

- Lusa



Recomendação ao executivo sobre a criação do Conselho Económico e Social de Ovar

Na última reunião de Câmara, os vereadores do PSD recomendaram ao executivo municipal a criação do Conselho Económico e Social de Ovar.

Os autarcas do Partido Social-Democrata defendem a importância deste projecto porque, no contexto actual, a competição entre empresas, grupos económicos, regiões, municípios ou cidades tende a incrementar-se de uma forma muito significativa.

As regiões, os municípios e as cidades estão cada vez mais envolvidas em dinâmicas concorrenciais na disputa pela fixação de fluxos financeiros, de capacidades de iniciativa e de inovação, de competências, de eventos que as afirmem nacional e internacionalmente. Por isso, os vereadores defendem que “a adopção de uma prática de Planeamento Estratégico é fundamental para o desenvolvimento de qualquer território”.

A criação do Conselho Económico e Social de Ovar reveste-se, assim, da maior importância, e por vários motivos:

Porque é importante promover uma dinâmica de planeamento estratégico do concelho de Ovar, através de opções estratégicas de desenvolvimento definidas pelos competentes órgãos do município;

Porque a estratégia do Município de Ovar em matéria de emprego, crescimento económico e inovação tecnológica deverá passar pela consolidação de projectos inovadores tendentes à dinamização do tecido empresarial e, consequentemente, à criação de riqueza e emprego;

Porque é fundamental o envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento desta estratégia de intervenção que passa, necessariamente, pela participação alargada de vários agentes internos e externos à própria autarquia, de acordo com um modelo de responsabilidade partilhada e de envolvimento participado e activo dos principais agentes do Concelho;

E, porque urge a necessidade de criação de um órgão de consulta no domínio das políticas económica e social, como espaço de diálogo onde se promova a participação dos agentes económicos e sociais no processo de tomada de decisões do Município. – **Os vereadores do PSD**

Declaração pública dos Vereadores do PSD sobre um comunicado que consideram “difamatório”, do Presidente da Câmara

Na sequência do comunicado com o intuito difamatório do presidente da Câmara Municipal de Ovar com o título “Modos de fazer política – ou o perfil de alguma oposição”, os Vereadores do PSD afirmam o seguinte:

1. Os Vereadores do PSD não fizeram nada à “socapa do institucionalmente estabelecido ou previsto”. O único “crime” que os vereadores do PSD cometeram foi divulgar a sua posição, legítima e assumida em reunião do próprio executivo, sobre o montante do subsídio a atribuir às Trupes de Reis. Para esse efeito, foi solicitado a uma funcionária da Câmara Municipal de Ovar que fizesse o favor de entregar uma carta individualizada a cada Trupe de Reis.

2. Os Vereadores do PSD lamentam que o actual presidente da CM Ovar tenha ordenado a abertura de um processo de averiguações à referida funcionária



que apenas se limitou a entregar um envelope fechado às Trupes de Reis remetido não por um partido político, mas sim pelos 3 membros do próprio executivo que foram eleitos democraticamente pelo povo.

3. Os Vereadores do PSD repudiam a linguagem ignóbil e insultuosa do actual presidente da Câmara que não hesita em continuar a usar e abusar dos meios da própria autarquia (assessores, gabinete de imprensa, Internet e outros) para denegrir a imagem e o bom nome dos próprios membros do executivo a que preside. Se o fizesse com os seus próprios meios e assumindo os custos de tais atitudes do seu próprio bolso, nada teríamos a obstar.

4. Os Vereadores do PSD denunciam publicamente esta nova tentativa de vitimização, por parte do actual presidente, procurando desviar as

atenções dos reais e verdadeiros problemas do Concelho de Ovar:

O desemprego ;

O encerramento de fábricas e indústrias ;

O encerramento de vários serviços públicos (por ex.: o serviço de urgência e o serviço de internamento de pediatria do Hospital de Ovar, a repartição de Finanças de Esmoriz);

As obras públicas paradas ou adiadas (Centro de Saúde de S. João, passagem superior sobre a linha de caminho-de-ferro, em Arada, o Centro de Artes de Ovar, as prometidas Passagens Desniveladas protocoladas com o governo socialista, mas não executadas);

A inércia e incapacidade da gestão socialista da CM Ovar para avançar com obras importantes para o concelho de Ovar (os Centros Educativos, o Saneamento, o Parque Urbano de Ovar, a reparação de estradas e ruas por todos o concelho, a abertura do Museu Júlio Dinis, a recuperação das Fontes de Ovar, a beneficiação do Mercado Municipal, etc)

Estes é que são alguns dos verdadeiros problemas do concelho de Ovar. E é com eles que estamos preocupados.

Preocupados, por um lado, porque os problemas subsistem e agravam-se.

Preocupados, por outro lado, porque a actual gestão socialista persiste nas mesquinhas e nos insultos e não na resolução real e efectiva dos problemas do Concelho de Ovar. – **Os Vereadores do PSD**

Notícias de Braga

Autarcas do PSD organizam debate sobre Provedor Municipal da Pessoa com Deficiência

Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Braga promoveram na Terça-feira, dia 15 de Janeiro, pelas 18:00 horas, no Auditório da Junta de Freguesia de S. Victor, uma reunião com representantes de várias entidades representativas de cidadãos portadores de deficiência que integram o Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência, aberta à participação de todos os cidadãos interessados e à comunicação social.

O objectivo desta iniciativa é sensibilizar estas instituições para o interesse da criação de um Provedor local que, complementando a actuação de tal órgão consultivo da Presidência da Câmara, possa assumir uma postura mais actuante no dia-a-dia da Gestão Municipal, em linha com as funções que hoje são atribuídas a estes órgãos em diversas Autarquias do País.

Para este efeito, participará nesta sessão-debate o Dr. João Cottim Oliveira, actual Provedor do Cidadão com Deficiência da Câmara Municipal e da Área Metropolitana do Porto, visando dar vivo testemunho do trabalho que vem desenvolvendo desde 2002 nestas funções.

A realização desta iniciativa foi desencadeada por notícias recentemente vindas a público, que nos levaram a admitir a necessidade de se esclarecido o que entendemos ser o estatuto do Provedor do Cidadão com Deficiência, cuja instituição foi publicamente proposta pelos Vereadores do PSD.

À semelhança do que já existe em algumas Autarquias, o Provedor é um órgão municipal independente, que assume a defesa dos direitos da pessoa com deficiência e das suas famílias, no acompanhamento de todos os aspectos da Gestão Municipal e da realidade Concelhia, contribuindo para a existência das condições necessárias à promoção da inserção desses cidadãos.

A sua existência não colide com qualquer outra organização que tenha funções de informação e de consulta, nomeadamente com o Fórum Municipal da Pessoa com Deficiência, com o qual assume natural complementaridade. – **Gab. Imp. Vereadores PSD/Braga**



Notícias de Sintra

O Concelho com «Centro de Novas Oportunidades»

A Câmara Municipal de Sintra deliberou em reunião do Executivo, ceder um espaço municipal ao Instituto do Emprego e Formação Profissional para instalação de um Centro de Novas Oportunidades no Pendão, em Queluz.

A autarquia pretende potenciar a formação anual de 1.500 a 2.000 pessoas, que assim terão oportunidade de verem reconhecidos, validados e certificados os conhecimentos e as competências adquiridas ao longo da vida.

O objectivo é corrigir as desvantagens na educação e formação de uma boa parte da população que não acompanhou a tendência de uma maior qualificação que o alargamento da escolaridade obrigatória trouxe nas últimas décadas.

As instalações em causa foram ocupadas desde Junho de 2003 até Novembro deste ano pelo Nicho de Empresas do Pendão, gerido pela Santa Casa da Misericórdia que, reconhecendo a sua incapacidade de alcançar os objectivos mínimos exigidos pelo protocolo com a Câmara de Sintra, acabou por devolver o espaço à autarquia.

Com o objectivo de dar um uso imediato às instalações, evitando a sua vandalização e degradação, a Câmara de Sintra decidiu estabelecer um protocolo com Instituto do Emprego, através do qual a autarquia cede o espaço e compromete-se ainda a assegurar o fornecimento de luz, água e telefone, mediante uma contrapartida financeira de 1.000€ mensais.

O Centro de Novas Oportunidades vai ser gerido pelo Centro de Formação Profissional de Sintra/Ranholas.

Joaquim de Almeida distribui 400 «Óscares» em Sintra

O actor Joaquim de Almeida, que se estreia no mundo da literatura com



“Óscar, o Camaleão”, realiza hoje, pelas 11H30, uma sessão de autógrafos junto dos alunos da EB 1 de Aqualva a quem, juntamente com o Presidente da Câmara Municipal de Sintra, vai distribuir 400 livros.

Com autoria partilhada com John Frey, o livro conta a história de um camaleão que, no fundo, representa a infância de Joaquim de Almeida, bem como a sua faceta de aluno indisciplinado e, um tanto ao quanto, mandrião.

Moral da história: não desesperem todos aqueles que se identifiquem com o camaleão traquina porque, na vida, há sempre algo que nos está destinado, missão que desempenharemos com mestria.

As ilustrações da obra são da autoria de João Ramos. A edição (Edições Tê) tem o patrocínio da Câmara Municipal de Sintra.

Sintra combate o desemprego

Facilitar a integração profissional de pessoas desempregadas ou à procura do primeiro emprego é o objectivo de um projecto promovido pela Câmara Municipal de Sintra, que irá funcionar também como bolsa de emprego.

Trata-se de um projecto financiado pelo Fundo Social Europeu e Câmara Municipal de Sintra que visa diminuir o desemprego no concelho que, segundo dados oficiais, atingia em Setembro último as 16.130 pessoas, com maior incidência nas mulheres entre os 25-44 anos.

Atenta a esta realidade e às graves consequência sociais que gera, a autarquia decidiu avançar com este curso de formação de nove meses (com uma carga horária de 1.276 horas, de 7horas/dia), que está a ser frequentado por trinta formandas que recebem uma bolsa de formação no valor de 403€.

O curso iniciou-se a 1 de Outubro de 2007 e termina a 27 de Junho de 2008, sendo os três últimos meses destinados a estágios em diferentes instituições de solidariedade social.

No final, as formandas devem ser capazes de desenvolver competências técnicas, capacitando-as para o trabalho na área de apoio familiar e à comunidade.

O aumento significativo do desemprego e o agravamento das dificuldades de reinserção sócio-profissional foram os factores que levaram a Câmara de Sintra a desenvolver este projecto. – Fonte:

Gab. Imp. CM Sintra

Novo centro de psiquiatria no Concelho

O concelho de Sintra vai passar a dispor de um novo centro de psiquiatria comunitária que irá ficar sob a gestão do Hospital Amadora-Sintra e cujo espaço vai ser cedido pela Câmara Municipal de Sintra.

Assim, na passada segunda-feira, dia 7 de Janeiro, realizou-se a cerimónia de assinatura do contrato de arrendamento com o Hospital Amadora/Sintra do espaço para a instalação e funcionamento da Equipa de Psiquiatria Comunitária em Massamá, que se situa na Rua Mário Pinto, n.º 20 – Loja B, em Massamá.

Para estas instalações irá transitar a Equipa de Psiquiatria Comunitária de Queluz (anteriormente funcionava no Centro de Saúde de Queluz em condições muito limitadas) que tem desenvolvido um importante trabalho junto da comunidade.

Assim, estas novas instalações irão permitir uma melhor rentabilização dos meios e uma melhor prestação de cuidados de saúde mental junto da população.

Saliente-se que no concelho de Sintra existem duas Equipas de Psiquiatria Comunitária: agora a de Massamá, que abrange as freguesias de Queluz, Massamá, Casal de Cambra e Belas, e a de Sintra (sob a gestão do Hospital Miguel Bombarda) que abrange as restantes freguesias. – Gab. Imp. CM Sintra



Notícias do Algarve

PSD pede a demissão do Secretário de Estado do Ambiente

A gravidade das recentes intervenções do Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) no município de Vila do Bispo, e as consequências nefastas para o seu desenvolvimento económico e social, não pode deixar de ter contado com a cobertura institucional e a cumplicidade ideológica do Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa.

Não lembraria a ninguém que, passados tantos anos sobre o evoluir de alguns loteamentos emitidos na década de 80 e ainda em vigor e com certificado de conformidade com o PROTAL e o Plano Director Municipal, o ICNB resolvesse de um dia para o outro lançar embargos sobre obras de construção de moradias perfeitamente licenciadas pela Câmara Municipal de Vila do Bispo.

Eis, até agora, o resultado desta investida, tanto quanto é do conhecimento público, nas seguintes urbanizações:

- Quinta da Fortaleza (alvará de 1985) – 5 embargos
- Cariços (alvará de 1986) – 2 embargos
- Moledos (alvará de 1984) – 1 embargo
- Martinhal (alvará de 1987) – 5 embargos
- Esparregueira (alvará de 1980) – 1 embargo

Está-se em presença de loteamentos com alvarás em vigor, com as infraestruturas executadas e, nalguns casos, já recebidas definitivamente pela autarquia, e de lotes urbanos registados na Conservatória do Registo Predial sem qualquer ónus, condição ou pendência. Trata-se, sem sombra de dúvida, de áreas urbanas consolidadas.

Está-se em presença do embargo de construções que, à excepção da Esparregueira, representam já a parte final da concretização dos loteamentos, onde abundam dezenas de moradias construídas, licenciadas, vistoriadas e registadas sem qualquer problema. Porquê agora este ataque extemporâneo?

Diz a Comissão Directiva do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e da Costa Vicentina que as autorizações de construção nos loteamentos em causa devem ser precedidas do seu parecer prévio favorável. E diz isto, sustentada num parecer jurídico caseiro, que não encontra sustentação em nenhum dos eminentes juristas nacionais que sobre esta matéria já se pronunciaram, sendo que todos, sem excepção, retiram qualquer razão às acções do Parque Natural, classificando-as, pois, de ilegítimas (vide pareceres de Fernanda Paula Oliveira, Sérvulo Correia/Sofia Galvão, a PLMJ e Associados).

Trata-se, portanto, de uma iniciativa prepotente e ilegal, com a chancela deste governo, que pretende condenar Vila do Bispo ao subdesenvolvimento em que está, à desertificação humana que continua a progredir, e que tem trazido como consequências desemprego e dificuldades financeiras para pequenas empresas e desconfiança por parte de quem investiu, respeitando todas as leis e regulamentos que lhe foram exigidos.

O governo pretende dar uma falsa imagem do município de Vila do Bispo, como se este estivesse a transformar-se em mais um mau exemplo de betonização. Não só, estão em causa algumas unidades urbanísticas de pequena dimensão e volumetria, e todas datadas da década de 80, que



importa não deixar incompletas, como 97% da área deste município está condicionada por restrições de carácter ambiental, que tolhem qualquer tipo de iniciativa, excepto para os PIN que o governo se prepara para aprovar em Lisboa.

Curiosamente, ao mesmo tempo que investe contra loteamentos legalizados, o ICNB, através da Comissão Directiva do Parque Natural faz vista grossa a algumas construções clandestinas fora de qualquer enquadramento legal, que vão aparecendo aos olhos de toda a gente, mas para esses não há embargos do Parque. Vejam os casos da Charneca (Figueira) e do Forno de Cal (Budens).

O PSD/Algarve exige o fim imediato desta guerrilha institucional e política do governo/PNSACV/ICNB contra a autarquia de Vila do Bispo, que está a causar danos patrimoniais em pessoas que acabam por ser vítimas de técnicos que, sem terem legitimidade para tal, querem ter mais poderes sobre o território do que aqueles que a lei lhes confere, deixando à vista o autêntico desastre social e económico que a sua “jurisdição” sobre a costa vicentina tem traduzido.

O PSD/Algarve acusa o ICNB de querer fazer um exercício de autoridade, ultrapassando os poderes que a lei lhe confere. Acusa o governo de estar a preparar um conjunto de Medidas Preventivas sobre este tipo de loteamentos, não só no município de Vila do Bispo, mas também em Aljezur, não explicando qual a finalidade dessas mesmas medidas. E acusa o governo de estar a expropriar direitos aos cidadãos, sem querer pagar as respectivas indemnizações.

Na mira destas “Medidas Preventivas”, estão os loteamentos de Vila Rosalinda, Espartal e Vale da Telha, no município de Aljezur, e Caminho do Infante, Quinta da Fortaleza, Cariços, Moledos, Acomave, Esparregueiras e Martinhal, no município de Vila do Bispo.

Este projecto de Resolução que o Conselho de Ministros se prepara para aprovar, é irreflectido, prepotente, discriminatório para os municípios de Vila do Bispo e Aljezur, e não tem qualquer cobertura legal nem é sustentado em qualquer decisão judicial. É mesmo ridículo que se argumente com uma eventual decisão judicial que, alegadamente, não teria ocorrido por “manifesta inexistência de recursos” do (Ministério Público). Agora, já se tomam decisões em Portugal com base nas “intenções” do Ministério Público.

O tratamento discriminatório de Vila do Bispo e Aljezur é tão flagrante, que o referido projecto de Resolução, embora referindo como negativo para o Parque Natural “o crescimento acelerado de perímetros urbanos” fora da área do Parque, no vizinho município de Lagos onde, aí sim, a área de construção está a crescer de forma exponencial, não estabelece para esta autarquia qualquer “medida preventiva”. Isto é absolutamente escandaloso, e revelador do duplo peso e das duas medidas dos critérios deste governo, em matéria de política ambiental e de ordenamento.

Por ser o responsável político destas atitudes de prepotência, abuso de autoridade, falta de bom senso, perseguição de autarquias, omissão de combate à construção clandestina, lesão da imagem de Portugal como um Estado de direito, e desprezo pelos mais elementares direitos de cidadãos e investidores, o PSD/Algarve não pode deixar de reclamar a demissão imediata do Secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa. – CPD/PSD-Algarve

Fundos Europeus para o Algarve estão atrasados

O PSD/Algarve não pode deixar de expressar publicamente a sua preocupação perante o facto de



já se estar em 2008, e ainda não estarem definidas as regras de utilização dos fundos europeus para o Algarve.

A Comissão Directiva do Programa Operacional do Algarve só teve uma reunião, e de breves minutos.

Passou-se todo o ano de 2007, e nada se investiu. A única despesa existente tem sido com a remuneração dos gestores, que até agora não justificaram a despesa. Ressalve-se que os autarcas que integram aquela Comissão Directiva, nada ganham com a sua participação.

O Algarve, por imperativo, teria de investir quase todas as verbas com origem no FEDER em 2007 e 2008, no entanto, um ano já passou e nada se investiu.

E, no que respeita aos fundos para o desenvolvimento rural (FEADER), dos cerca de 200 milhões de euros prometidos para o Algarve, ainda nem sequer as regras para a sua aplicação foram estipuladas.

O tempo passa, sem que as autarquias e as empresas disponham de apoios aos investimentos.

O Governo não tem feito o seu trabalho de casa. Tudo está mais atrasado do que nunca.

Nos anteriores Quadros Comunitários de Apoio os Governos, em funções à data, sempre conseguiram outro ritmo para a apresentação das candidaturas. Agora este, está muito atrasado, em geral para o país, e para o Algarve ainda bastante pior. - **CPD/PSD-Faro (Algarve)**

Acções do Presidente da CPD de Faro em prol da região

O deputado Mendes Bota, eleito pelo círculo eleitoral de Faro, durante o período de Natal e Ano Novo, manteve uma acção permanente em prol da região que representa. Assim, depois de apresentar um requerimento parlamentar em defesa dos Genealogistas do Algarve, remeteu para a Assembleia da República, um outro documento a solicitar ao Ministro da Economia que esclareça de uma vez a posição do Governo e da REN sobre a linha de muito alta tensão Tunes-Portimão, que tanta contestação tem suscitado.

Também nesse período visitou o município de Vila do Bispo, em contacto com as vítimas das últimas acções do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, alvo de autos de embargos em obras de construção de moradias absolutamente licenciadas e tituladas por alvarás de urbanização em vigor, em diversas partes daquela parcela do Algarve, numa atitude prepotente que está a causar falências, desemprego e um dano de imagem para Portugal, como país de Direito.

Requerimento sobre a «muito alta tensão» em Silves

É nacionalmente reconhecida e apoiada a luta heróica dos moradores de Vale Fuzeiros, do município de Silves, contra a implantação próximo das suas casas, da linha dupla de muito alta tensão que se pretende venha a reforçar o abastecimento eléctrico ao Barlavento do Algarve, numa extensão de 40 quilómetros, entre Tunes e Portimão.

De acordo com estudos de diversas organizações, designadamente, da Organização Mundial de Saúde, já subsistem poucas dúvidas quanto aos impactos negativos sobre os seres humanos que vivem na proximidade, das radiações electromagnéticas provocadas pelas linhas de alta e muito alta tensão.

É uma evidência que a REN tem tido como critério determinante para as suas opções de investimento a minimização dos custos, fugindo a qualquer ideia de construção de novas linhas pela via subterrânea, e muito menos de reconversão das existentes.

No passado dia 6 de Dezembro de 2007, o Ministro da Economia declarou publicamente, à saída de uma reunião com o presidente da EN-Rede Eléctrica Nacional, que seria encontrada uma solução que satisfaria quer os moradores, e já teria o consenso da Câmara Municipal de Silves.

Reagindo a estas declarações, a Câmara Municipal de Silves informou que desconhecia tal traçado alternativo.

No dia seguinte, em comunicado, a REN veio afirmar que a alternativa pretendida pelos cidadãos colide com a Rede Natura 2000, pelo que condiciona qualquer posição à emissão de uma Declaração de Impacto Ambiental. Ou seja, nada garante aos moradores de Vale Fuzeiros que as garantias do Ministro da Economia tenham validade ou venham a ser cumpridas.

Urgindo esclarecer rapidamente a situação, requiro a V. Exa., ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais, se digne obter do Governo resposta às seguintes perguntas:

1- Foram as obras de construção desta linha de muito alta tensão suspensas até se decidir sobre um traçado alternativo?

2- Já foi encomendado o Estudo de Impacto Ambiental atrás aludido? A quem? Quanto tempo terá de execução prevista?

3- Já foi dado a conhecer esse traçado alternativo à Câmara Municipal de Silves? Quando? E qual a

posição da autarquia sobre o mesmo?

4- Reconhece que a área por onde poderá passar o traçado alternativo, anteriormente composta de sobreiros e azinheiras, embora pertencente à Rede Natura 2000, foi completamente devastada pelos incêndios de 2003, não se justificando uma eventual obstaculização à sua desclassificação, tendo presente o fim a que se destina?

5- Qual a data previsível para uma decisão final que ponha termo a este conflito?

6- Entende a REN começar a orientar os seus investimentos nas linhas de alta e muito alta tensão para a alternativa de cabos subterrâneos? - **José Mendes Bota**

Em defesa da criação do Museu Interactivo dos Descobrimentos, em Sagres

Em declarações públicas proferidas em 25 de Outubro de 2007, o Secretário de Estado do Turismo garantiu que o Museu Interactivo dos Descobrimentos Portugueses seria instalado em Sagres, já em 2008, num edifício já existente, junto à Fortaleza daquela vila.

Mais se informava nas referidas declarações, tratar-se de um projecto que envolveria “os Ministérios da Economia e da Cultura, a CCDR Algarve, a Região de Turismo do Algarve e a autarquia de Vila do Bispo”.

Partilhando da opinião deste governante, de que se trata de “uma infraestrutura que visa adicionar valor à oferta do Algarve que se quer diversificada”, o requerente relembra a urgência de se colocar cobro à lamentável situação de abandono em que se encontra a Fortaleza de Sagres, e requer a V. Exa., ao abrigo das disposições constitucionais, legais e regimentais, se digne obter do Ministério da Economia, Inovação e Desenvolvimento Regional resposta às seguintes questões:

1- Em que situação se encontra o projecto de instalação do Museu Interactivo dos Descobrimentos Portugueses, previsto para Sagres?

2- Qual o custo do investimento previsto?

3- Quais as fontes de financiamento previstas para suportar esse investimento, e quais os respectivos valores?

4- Qual a data prevista para a inauguração do referido Museu?

- **Requerimento de JMB**



Líder da distrital do Porto exige ao Ministro da Saúde razões do encerramento de quatro SAP

O líder da distrital do Porto do PSD, Marco António Costa, exigiu hoje que o ministro da Saúde sustente as razões que vão levar ao anunciado encerramento de quatro Serviços de Atendimento Permanente (SAP) no distrito do Porto.

“Desafio o Ministério da Saúde e os responsáveis pela Administração Regional da Saúde (ARS) do Norte para que publicamente venham justificar o encerramento destes SAP”, disse Marco António, em conferência de imprensa.

Fonte da Administração Regional de Saúde (ARS) do Norte disse hoje à Lusa que, tal como refere uma notícia publicada a 29 de Dezembro no jornal Público, está previsto para este ano o encerramento de mais 26 estruturas deste tipo no Norte.

“Neste momento não há, no entanto, nenhuma data definida”, frisou a fonte.

No Porto, refere o matutino, está planeado o encerramento do SAP de Baião, para além de serviços idênticos das Misericórdias de Felgueiras, Marco de Canavezes e Lousada.

O responsável social-democrata pretende que os serviços do Ministério da Saúde “apresentem os elementos estatísticos e técnicos” que garantam que as populações não ficarão a descoberto com os encerramentos.

Marco António Costa considerou que a situação é “grave”, tendo em conta que, por exemplo, no Marco de Canavezes existem apenas 13 médicos de família quando seriam precisos 29 para satisfazer as necessidades do concelho.

“Em Felgueiras, são mais de 100 as pessoas atendidas diariamente no SAP”, acrescentou.

O líder da distrital do Porto do PSD salientou ainda que nem autarcas nem responsáveis das misericórdias locais tiveram ainda conhecimento da situação.

“Face a este silêncio, pede-se um esclarecimento rápido, público e sustentado”, frisou, acrescentando que os deputados do PSD vão apresentar na Assembleia da República um requerimento pedindo esclarecimentos sobre este assunto.

“A única motivação que adivinho são as razões economicistas”, frisou.

Marco António Costa aproveitou ainda a conferência de imprensa para criticar o tempo que os utentes têm de esperar entre uma visita ao médico de família e a consulta hospitalar que lhe



dará acesso a entrar numa lista de espera para cirurgia. – **Fonte: Lusa**

Rui Rio faz o “pleno” nos candidatos à Concelhia

Os dois candidatos às eleições de sexta-feira para a “concelhia” do Porto do PSD, Sérgio Vieira e Luís Artur Pereira, afirmaram à agência Lusa, que defendem a recandidatura de Rui Rio à presidência da Câmara local.

“O candidato que vamos apresentar é o doutor Rui Rio”, disse à Lusa Luís Artur Pereira, salientando que esta decisão é “independente” das eleições primárias que defende para a escolha do candidato pelos militantes.

Luís Artur manifestou-se convencido de que Rui Rio será o escolhido dos militantes, mas garantiu que não se demitirá caso vença outro candidato nas “primárias”.

“Se o vencedor for outro, será indicado pela Comissão Política como candidato. Não nos demitiremos. Obviamente, trabalharemos com ele, a bem da união do partido”, realçou.

Para Luís Artur, a sua proposta de eleições primárias “é um princípio” a manter “mesmo que só haja um candidato”, dado que o objectivo é que a escolha do cabeça-de-lista seja “um processo de decisão por todos os militantes do partido e não por meia dúzia”.

Luís Artur refutou a ideia de que estas eleições para a “concelhia” do Porto sejam uma “guerra” entre apoiantes de Rui Rio e de Luís Filipe Menezes.

“Não é uma guerra. O nosso candidato à Câmara do Porto é Rui Rio e queremos que Luís Filipe

Menezes ganhe as eleições legislativas de 2009 e seja eleito primeiro-ministro”, frisou.

Sérgio Vieira reafirmou o seu apoio à uma eventual recandidatura de Rui Rio, sublinhando que o “trabalho extraordinário” feito pelo presidente da Câmara do Porto “é um projecto que não se esgota em dois mandatos”.

“Desde o início que afirmamos que o doutor Rui Rio será o nosso candidato à presidência da Câmara do Porto em 2009”, referiu Sérgio Vieira.

O actual líder concelhio reconheceu que não tem garantias de que o presidente da câmara queira concorrer a um terceiro mandato, mas manifestou a “certeza de que Rui Rio compreenderá que o projecto político de mudança definido para a cidade não se esgota em 2009”.

As eleições para a “concelhia” do Porto do PSD vão decorrer entre as 18:00 e as 23:00 de sexta-feira, tendo direito a voto os 1.182 militantes com quotas em dia.

Sérgio Vieira concorre a um novo mandato com o apoio público de, entre outros, Rui Rio, Couto dos Santos, Faria de Almeida, José Pedro Aguiar-Branco e Amândio de Azevedo.

O actual líder propõe-se constituir um Conselho Consultivo e de Opinião, com cerca de 30 membros, entre os quais Agostinho Branquinho, Cândida Oliveira, Jorge Costa, Lassalette Miranda, Paulo Mendo, Paulo Rangel e Mota Cardoso.

Luís Artur Pereira, economista de 47 anos que apoiou Menezes nas eleições para o PSD, conta com o apoio de, entre outros, Paulo Morais, Fernando Almeida, Moreira da Silva, Luís Rocha, António Tavares e Joaquim Sousa Patrício.

Agostinho Branquinho responsabiliza PS pela «calamidade social» em Santo Tirso

O deputado do PSD Agostinho Branquinho responsabilizou hoje o PS pelo que classificou como “calamidade social” no concelho de Santo Tirso, com 15 por cento de desemprego.

“Estamos numa situação de calamidade social. É a taxa de desemprego mais elevada no distrito do Porto”, disse Agostinho Branquinho, no final de uma visita ao concelho de Santo Tirso dos deputados do PSD eleitos pelo círculo do Porto.

O deputado responsabilizou o Governo do PS e o executivo camarário de Santo Tirso, também de maioria socialista, pela situação em que se encontra o concelho, classificado em “terceiro lugar a contar do fim” no Indicador de Desenvolvimento Municipal (IDM), publicado em 2006 pelo Guia de Portugal.

“Em 308 concelhos, Santo Tirso ocupa o lugar 306. Isto deve-se a uma gestão autárquica que está de mangas caídas”, afirmou Branquinho, salientando que o IDM “foi feito por uma entidade independente”, a Município.

Agostinho Branquinho acusou o Governo de falar apenas em “projectos megalómanos, como o novo aeroporto e o TGV”, quando o problema da economia portuguesa é a falta de estímulos às Pequenas e Médias Empresas (PME) e de políticas activas de emprego.

“O problema do país, infelizmente, não é esse [projectos megalómanos]. É o das PME”, disse, responsabilizando o Governo pela “situação de depressão económica” que, em sua opinião, o país está a viver.

O deputado acusou também o Governo de não ter cumprido a promessa de reforço dos centros de saúde do concelho de Santo Tirso, depois de ter encerrado a maternidade e as “urgências” nocturnas no hospital local.

Agostinho Branquinho referiu que o PSD vai apresentar na Assembleia da República requerimentos ao Governo para a construção em Santo Tirso de três extensões de saúde e de duas variantes de acesso à sede do concelho. - **Lusa**



«Consulado virtual» não funciona!

Os deputados do PSD eleitos pela Emigração denunciam inoperabilidade do Consulado Virtual

O PSD questionou o governo sobre a “efectiva” entrada em funcionamento do Consulado Virtual, sistema criado pelo governo em Novembro e que disponibiliza via Internet um conjunto de serviços.

Num requerimento entregue na Assembleia da República, os três deputados sociais-democratas eleitos pela emigração dizem que o Consulado Virtual “não funciona”, apesar do secretário de Estado das Comunidades, António Braga, ter anunciado que o sistema estaria “operacional e pronto” a ser

utilizado a partir de 13 de Novembro, dia da apresentação.

Os deputados Carlos Gonçalves, José Cesário e Carlos Páscoa questionaram o Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre as razões desse atraso.

A preocupação dos social-democratas surge depois de emigrantes portugueses se queixarem ao grupo parlamentar do PSD por não terem ainda recebido a senha (“password”) que dá acesso ao Consulado Virtual.

“Senhas pedidas uma semana após a sua entrada em

funcionamento, ainda não foram recebidas pelos requerentes”, disse à Agência Lusa o deputado Carlos Gonçalves.

“Se ninguém recebeu as senhas, não é possível ter acesso aos serviços. Por isso o Consulado Virtual não funciona”, acrescentou.

Os deputados criticaram ainda o facto das senhas, solicitadas aos consulados da área de residência, serem enviadas por correio, o que “acaba por aumentar o tempo de espera”.

Os sociais-democratas questionaram também o governo

sobre os motivos que não permitem enviar a senha por via electrónica.

O Consulado Virtual (www.consuladovirtual.pt) consiste num sistema que, via Internet, disponibiliza serviços e informações que apenas estavam acessíveis nos postos e secções consulares portuguesas no estrangeiro.

Pedido de documentos, que não necessitem da presença física dos emigrantes nos consulados, e a marcação de atendimento nos postos, são alguns dos serviços (tecnicamente...) disponíveis no Consulado Virtual. - Lusa

Recenseamento de emigrantes

Ribau Esteves saúda «dever cívico» dos militantes que vão acompanhar o recenseamento eleitoral no estrangeiro



O Secretário-Geral dirigiu uma carta aos delegados designados pelo PSD nas comissões que irão acompanhar e fiscalizar o processo de recenseamento eleitoral junto das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

José Ribau Esteves congratula-se pelo «dever cívico» manifestado por estes militantes do Partido Social-Democrata, expressando ainda que a Direcção do PSD pretende intensificar o contacto e os laços de diálogo com os portugueses residentes no estrangeiro.

No futuro, o Secretário-Geral manterá contactos regulares com as estruturas locais representativas dos portugueses a residirem no exterior.

Os representantes designados pelo Secretário-Geral são: Mário José Batista Viana (Hamburgo); Horácio Fernandes (Osnabruck); Manuel Rosa Madeira (Estugarda); António Paulo Castanheira Varandas (Bruxelas); José Queiroz da Silva (Paris); Aurélio Ferreira dos Santos (Bordéus); David Pereira Gomes (Orléans); Valdemar Saturnino Pereira (Tours); José Oliveira Ribeiro (Nantes); Rodrigo Augusto Oliveira Galveias (Versalhes); António Paulo Neves Marques (Nogent-sur-Marne); Isabel Sousa Cardoso

(Estrasburgo); Alexandra Custódio (Lyon); Natércia Maria Gonçalves (Clermont-Ferrand); Rogério Dias de Oliveira (Luxemburgo); João Carlos dos Reis Freitas (Londres); António Manuel Cahves Cardoso Cabral (Berna); António José Ângelo Campos (Genebra); Bernardino Ferreira Chaves (Sion); Sidónia Beatriz Roque Amorim (Zurique); Octávio Mendes (New Jersey); Inácio da Silva Mota (Toronto); Silvério Soares da Silva (Joanesburgo); Maria Elizabeth Delgado (Joanesburgo); Elias António de Sousa (Durban); José Ivo de Sousa (Pretória); João Caldas Fernandes (S. Paulo); Ângelo Leite Horto (Rio de Janeiro); Vasco Frias Monteiro (Santos); Maria Ângela Carrascalão (Timor); Armindo Leitão Sá Silva (Macau); Inácio Gouveia Pereira (Caracas); e António Figueiredo da Silva Pires (Moçambique).

JSD/Pico quer conselhos municipais de Juventude

A JSD/Pico defendeu a criação de conselhos municipais de Juventude nos três concelhos da ilha, de forma a incentivar a participação dos jovens na “elaboração e execução de políticas públicas de Juventude”.

Em comunicado, os jovens social-democratas consideraram que este órgão pretende “fomentar o associativismo juvenil, estimular a participação dos jovens nos organismos públicos e movimentos sociais, promover e participar em seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade”.

Nos conselhos municipais de Juventude devem estar representados “os grupos de jovens, a associação de estudantes, clubes desportivos, juventudes partidárias, filarmónicas, juntas de freguesia, escuteiros e demais entidades e jovens envolvidos em projectos, para que se discuta os reais problemas da juventude e se promova diversas actividades”.



Comunicado

Sobre este assunto, a JSD/Pico, emitiu o seguinte comunicado, cuja difusão nos solicita:

A Juventude Social Democrata da Ilha do Pico defende a criação de

três Conselhos Municipais de Juventude nos três concelhos da ilha, onde estejam representados os grupos de jovens, a associação de estudantes, clubes desportivos, juventudes partidárias, filarmónicas, juntas de freguesia, os escuteiros e demais entidades e jovens envolvidos em projectos para que se discuta os reais problemas da

juventude e se promova diversas actividades.

A JSD/Pico através deste órgão pretende fomentar o associativismo juvenil, estimular a participação dos jovens nos organismos públicos e movimentos sociais, promover e participar em seminários, cursos, congressos e eventos correlatos para a discussão de temas relativos à juventude e que contribuam para o conhecimento da realidade do jovem na sociedade.

Através dos Conselhos Municipais de Juventude que deveriam existir em todos os concelhos dos Açores, os jovens laranjas do Pico pretendem também participar da elaboração e da execução de políticas públicas de Juventude, em colaboração com os órgãos públicos municipais.

*- Ilha do Pico, 7 de Janeiro de 2007.
Para mais informações/
declarações: Rómulo Medeiros Ávila*

Ribeira Grande “sem progressos” com gestão socialista

A JSD da Ribeira Grande considerou hoje que o concelho “não está a ter progressos” com a actual gestão socialista do município, dado que as obras “relevantes” efectuadas nos últimos dois anos foram projectadas pelo “anterior executivo do PSD ou são obras do governo regional”.

“Desde há dois anos, altura em que o PS tomou posse na câmara municipal, que o concelho não está a ter progressos. Todas as obras relevantes que têm sido feitas neste mandato de Ricardo Silva, ou foram projectos feitos pelo anterior executivo do PSD ou são obras do governo regional que a câmara municipal tem proclamado como suas”, afirmou a comissão política concelhia dos jovens social-democratas.

Em comunicado, a JSD da Ribeira Grande referiu que, em relação a 2008, o Plano e Orçamento da autarquia “volta a incluir um rol de obras sem qualquer hipótese de serem concretizadas, atendendo ao diminuto montante definido para este ano”.

Os jovens social-democratas deram como exemplo desta situação os “projectos de saneamento básico das ruas da Conceição, Matriz, Santa Bárbara, Ribeira Seca e Ribeirinha, da pavimentação de vários arruamentos no

concelho, e da ETAR da cidade”.

“Há ainda sectores que caíram no esquecimento municipal, como a Educação, que esquece a propalada escola da Matriz e a reparação da escola da Madre Teresa”, apontaram.

A JSD da Ribeira Grande acrescentou que a câmara municipal “não tem tido uma política para os mais novos, dado que não tem feito qualquer esforço para ‘segurar’ os jovens casais nas suas freguesias de origem”.

COMUNICADO À IMPRENSA

Câmara da Ribeira Grande com Desempenho Negativo

Num inquérito levado a cabo pela JSD/Ribeira Grande, a Câmara Municipal da cidade norte tem um desempenho negativo.

À questão “O que acha do desempenho da Câmara Municipal nos últimos dois anos?”, colocada numa sondagem que decorreu no blogue dos jovens sociais democratas em www.jsdribeiragrande.blogspot.com a maioria, cerca de 50%, respondeu como “Má”, 14% votou “Razoável” e o restante votou “Boa”.

Para a JSD esta situação só vem

retratar a realidade daquilo está a acontecer com a gestão socialista do município, isto porque desde há dois anos, altura em que o PS tomou posse naquela Câmara Municipal, que o concelho não está a ter progressos.

Todas as obras relevantes que têm sido feitas neste mandato de Ricardo Silva, ou foram projectos feitos pelo anterior executivo do PSD ou são obras do Governo Regional que a Câmara Municipal tem proclamado como suas.

Relativamente a 2008, o Plano e Orçamento da autarquia volta a incluir um rol de obras sem qualquer hipótese de serem concretizadas, atendendo ao diminuto montante definido para este ano, como é caso dos projectos de saneamento básico das ruas da Conceição, Matriz, Santa Bárbara, Ribeira Seca e Ribeirinha, da pavimentação de vários arruamentos no concelho, e da ETAR da cidade. Há ainda sectores que caíram no esquecimento municipal, como a Educação, que esquece a propalada Escola da Matriz e a reparação da Escola da Madre Teresa. Quanto à Cultura, a falta de verba para a reabilitação da Casa da Natividade, a prometida ampliação da Casa da Cultura ou o Museu das Cavalhadas,

não augura nada de positivo, para além de haver um baixo montante atribuído à gestão do Teatro da cidade. Para além disso, a nova sede da Junta de Freguesia da Ribeira Seca e o salão paroquial de São Brás parecem não ter conclusão à vista.

No que se refere ao trânsito, para além da autarquia por em vigor a sua postura sem a aprovação da Assembleia Municipal, o que é ilegal, a freguesia da Matriz é a única da cidade que não tem acesso directo à variante da via rápida. O troço da Tondela é de extrema importância para aliviar o trânsito no centro da Ribeira Grande, mas como a Câmara Municipal não tem visão futura para este problema nada faz para o resolver.

Em relação à juventude, este executivo não tem tido uma política para os mais novos, dado que não tem feito qualquer esforço para “segurar” os jovens casais nas suas freguesias de origem, nem incentivando os mais desfavorecidos para se desviarem dos vícios da sociedade, como a toxicod dependência, mal que está a tomar valores astronómicos no concelho. - Gabinete de Imprensa da JSD/Ribeira Grande



ALBERGARIA-A-VELHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo 25 de Janeiro de 2008, pelas 19h00, na Sede Concelhia sita na Rua Padre Matos, Edifício Amazonas, entrada 4, r/c Esq, a/b – com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Apreciação e votação da conta de Gerência da Secção do ano de 2007;
 2. Outros assuntos de interesse.

ALMADA

Nos termos dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Almada, para reunir no próximo dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 15h00, nas sedes, na Rua do Clube de Campismo do Concelho de Almada, n.º 6 – A, em Almada, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: No dia da eleição, para efeitos da votação, a urnas estará aberta das 15h00 às 19h00.

As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede do PSD de Almada, que para este efeito se encontrará aberta nos dias úteis das 21h30 às 23h00.

AROUCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arouca, para reunir no próximo dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 21h00, no Auditório dos Bombeiros Voluntários de Arouca, na Vila de Arouca, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Apreciação e votação das contas de gerência de 2007;
 2. Plano acção DA Comissão política de Secção para 2008/2009;
 3. Análise da situação político-partidária;
 4. Outros assuntos de interesse.

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Aveiro para reunir no dia 31 de Janeiro de 2008 (5ª feira), pelas 21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1º andar, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Análise e aprovação das contas de 2007 do Partido a nível da Secção;
 2. Análise da situação política e partidária.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Financeiro do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia de Secção do Barreiro, para reunir no dia 27 de Janeiro de 2008, a partir das 21h00, na sede do PSD, sita na Rua Miguel Pais, n.º 39, Barreiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Ratificação da conta anual da Comissão Política de Secção.

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Financeiro do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia de Secção do Barreiro, para reunir no dia 15 de Fevereiro de 2008, a partir das 20h00, na sede do PSD, sita na Rua Miguel Pais, n.º 39, Barreiro, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Secção

Notas: As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h30.

As listas de candidatos deverão ser entregues na Sede da Secção até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

A sede estará aberta para o efeito das 21h00 às 24h00 do dia 12 de Fevereiro de 2008.

DISTRITAL DE LISBOA AM

Nos termos dos artigos 37º e 39º dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 24 de Janeiro de 2008 (quinta-feira), pelas 21.00 Horas, no Forum Lisboa, sito na Av. de Roma 14, em Lisboa, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
1. Informações
 2. Análise da Situação Política

ESTARREJA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata convoca-se os militantes da Secção de Estarreja do PSD, para uma Assembleia de Secção, que terá lugar no dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 20h00, no Salão do Restaurante A Fonte, sito no Lugar da Arrotinha, à N109, em Estarreja, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise e votação das contas da Secção de Estarreja do PSD relativas ao exercício de 2007.

FUNDÃO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Fundão, para reunir no dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 15h00, na sede concelhia, com a seguinte

- Ordem de Trabalhos
- Discussão e análise da situação política;
2. Outros assuntos de interesse da

secção.

Nota: Nos termos do n.º 2 do artigo 66º dos Estatutos Nacionais, a Assembleia reúne meia hora após a hora fixada, com qualquer número de militantes.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e de acordo com o deliberado na última Assembleia Concelhia, convoca-se os militantes, para reunir em Assembleia de Secção de Golegã, no sábado, dia 16 de Fevereiro de 2008, pelas 20h30, em Azinhaga (Rua da Praça, n.º 6), com a seguinte

- Ordem de Trabalhos:
- Ponto um: Análise da situação financeira da Secção;
- Ponto dois: Atividades dos Autarcas Locais pelo PSD;
- Ponto três: Debate sobre os próximos desafios para o PSD da Golegã;
- Ponto quatro: Marcação da Eleições para os Órgãos da Secção;
- Ponto cinco: Outros assuntos.

LAMEGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Lamego do PSD, para uma reunião, em sessão extraordinária, a realizar no dia 29 de Fevereiro de 2008, na Sede Concelhia do PSD, sita na Av. 5 de Outubro, na cidade de Lamego, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção de Lamego do PSD.

Nota: O acto eleitoral entre as 20h00 e as 22h00.

As listas concorrentes deverão ser entregues ao presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem o substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE JOANE (CPS DE V. N. DE FAMALICÃO)

Nos termos do disposto no artigo 58º, n.º 2 alínea c) dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Assembleia de Núcleo da Freguesia de Joane, concelho de Vila Nova de Famalicão, para reunir no dia 1 de Março de 2008, pelas 16h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão Política de Núcleo.

Nota: As urnas estarão abertas entre as 16h00 e as 19h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Concelhia ou a quem legalmente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

ODIVELAS

Nos termos do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção Concelhia de Odivelas para

reunir em sessão ordinária, no próximo dia 31 de Janeiro de 2008 (5ª feira), pelas 21h00, na sede da Secção, sita na Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11 – c/v Dta, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Análise da situação política.

PAÇOS DE FERREIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção, para reunir no próximo dia 21 de Fevereiro de 2008, pelas 21h00, na sede Concelhia do PSD de Paços de Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política.

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral, convocam-se todos os militantes da Secção de Ponte da Barca, para reunir em sessão ordinária, no dia 16 de Fevereiro de 2008, a partir das 18h00, na sede do PSD sita na Rua Conde da Folgosa, n.º 1 Ap 4, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: A votação decorrerá entre as 18h00 e as 22h00.

A entrega das listas deverá ser efectuada até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

AS candidaturas deverão obedecer ao disposto no artigo 4º do Regulamento Eleitoral do PSD.

PÓVOA DO VARZIM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes para a Assembleia de Secção da Póvoa de Varzim, a realizar no dia 1 de Fevereiro de 2008, pelas 21h30, na sede concelhia da Póvoa de Varzim, sita na Praça do Almada, n.º 7 – escritório 1, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Análise e votação das contas do exercício de 2007;

Ponto dois: Outros assuntos de interesse para o Partido.

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia inicia-se 30 minutos mais tarde com o número de militantes presentes.

SECÇÃO ORIENTAL

Ao abrigo do artigo 51º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário da secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 30 de Janeiro (quarta-feira), pelas 21h30, na sede da Secção Oriental, sita na Rua Manuel dos Santos, Lote 21 A - Sub/Cave, Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Análise a aprovação das contas de 2007 do PSD a nível da secção;

2. Análise a aprovação do orçamento de 2008 do PSD a nível da secção;

3. Análise da situação político-partidária

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes, para reunirem em sessão ordinária da Assembleia da Secção de Setúbal, no dia 24 de Janeiro de 2008, quinta-feira, às 21h00, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 23 – 1º esq, em Setúbal, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto um: Informações;

Ponto dois: Apreciação e votação das contas de 2007 e do Orçamento de 2008;

Ponto três: Análise da situação político-partidária.

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008 (6º Feira) entre as 18h00 e as 22h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Grande, nº 30 – 1 Dto, em Viana do Castelo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota: As listas terão de ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, no endereço acima referido.

VEIIRA DE MINHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os órgãos distritais e locais, convocam-se todos os militantes, dotados de capacidade eleitoral activa para reunirem no próximo dia 15 de Fevereiro de 2008, sexta-feira, entre as 21h00 e as 23h00, na sede da Secção, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As candidaturas para a eleição dos referidos órgãos terão de ser entregues, nos termos dos Estatutos do PSD e do Regulamento Eleitoral, na sede do PSD de Vieira do Minho, ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o represente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral

(24h00 de 5 de Fevereiro de 2008).



SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Secção da JSD de Santarém para reunir no próximo dia 26 de Janeiro de 2008, pelas 15h30, na Sede do PSD de Santarém, sita na Calçada Mem Ramires, n.º 10, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Informações e análise da situação política;

Ponto 2 – Apreciação e votação do relatório de contas do ano de 2007;

Ponto 3 – Apresentação do plano de actividades e votação do orçamento para 2008;

Ponto 4 – Discussão do tema para a próxima “Campanha de Sensibilização”

O Presidente da Mesa do Plenário (Luís Valente)

PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos em vigor, convoca-se o Plenário de Secção da JSD do Porto, para uma reunião dia 25 de Janeiro de 2008, pelas 21h30, na Sede Concelhia da JSD, sita na Rua Pinheiro Manso, n.º 305, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Apresentação das candidaturas para a Comissão Política e para Mesa de Plenário da Secção da JSD do Porto.

O Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (Filipe Araújo)

VAGOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Vagos, para reunir no dia 2 de Março de 2008, pelas 10 horas, na Sede Concelhia do PSD, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise das actividades desenvolvidas;

2 – Outros assuntos de interesse relevante

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção da JSD de Vagos (Luís Frade)

ÍLHAVO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio para reunir no dia 24 de Janeiro de 2008, quinta-feira, pelas 21 horas, na Sede Concelhia, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise da Situação Político-partidária;

2 – Informações.

O Presidente da Mesa do Plenário (Nuno José Torres)



ERRATA CONVOCATÓRIA PORTO

POR LAPSO, NO NÚMERO ANTERIOR, OMITIU-SE INADVERTIDAMENTE A ALÍNEA C) DA ORDEM DE TRABALHOS, PELO QUE REPETIMOS O TEXTO GLOBAL DESSA CONVOCATÓRIA, CONTENDO A ALÍNEA ANTERIORMENTE OMISSA.

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/PORTO DIA 08.FEVEREIRO.2008

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD do Porto, para a Assembleia Distrital dos TSD/Porto, que se realiza no dia **08 de Fevereiro**, das **18H30 às 22H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital do Porto**, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

a) Mesa da Assembleia Distrital;

b) Secretariado Distrital;

c) Delegados à Assembleia Distrital do PSD.

Lisboa, 04 Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **31 de Janeiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/PORTO DIA 08.FEVEREIRO.2008

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD do Porto, para a Assembleia Distrital dos TSD/Porto, que se realiza no dia **08 de Fevereiro**, das **18H30 e as 22H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital do Porto**, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único

Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 04 Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **31 de Janeiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/Porto, sita na Rua Guerra Junqueiro, nº 64, no Porto.

CONVOCATÓRIA ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD/PORTALEGRE DIA 15.FEVEREIRO.2008

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Portalegre, para a Assembleia Distrital dos TSD/PORTALEGRE, que se realiza no dia **14 de Fevereiro**, das **18H00 às 20H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Portalegre**, sita no Largo 28 de Janeiro, nº 10, em Portalegre, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos Órgãos Distritais dos TSD:**

a) Mesa da Assembleia Distrital

b) Secretariado Distrital

Lisboa, 10 Janeiro de 2008

Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos

(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00** do dia **31 de Janeiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/PORTALEGRE, sita no Largo 28 de Janeiro, nº 10, em Portalegre.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL
DOS TSD/CASTELO
BRANCO
DIA 15.FEVEREIRO.2008**

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Castelo Branco, para a Assembleia Distrital dos TSD/CASTELO BRANCO, que se realiza no dia **15 de Fevereiro**, das **21H30 às 23H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Castelo Branco**, sita na Rua do Pina, n.º 6, em Castelo Branco, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos**

Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital

Lisboa, 10 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional
Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00 do dia 8 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/CASTELO BRANCO, sita na Rua do Pina, n.º 6, em Castelo Branco.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL
DOS TSD/BEJA
DIA 21.FEVEREIRO.2008**

Nos termos do nº 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Beja, para a Assembleia Distrital dos TSD/BEJA, que se realiza no dia **21 de Fevereiro**, das **18H00 às 20H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Beja**, sita na Praça da República, n.º 17, em Beja, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos**

Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital

Lisboa, 10 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional
Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00 do dia 14 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/BEJA, sita na Praça da República, n.º 17, em Beja.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL
DOS TSD/FARO
DIA 21.FEVEREIRO.2008**

Nos termos do ponto 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Faro, para a Assembleia Distrital dos TSD/FARO, que se realiza no dia **21 de Fevereiro**, das **21H30 às 23H30**, com mesas de voto a funcionar em Faro e Olhão, com a seguinte localização:

Faro - Rua Projectada à Rua de São Luís, nº 1

Olhão - Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 23 - R/C Dtº.

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos**

Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital

Lisboa, 10 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional
Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00 do dia 14 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/FARO, sita na Rua Projectada à Rua de São Luís, nº 1, em Faro.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL
DOS TSD/AVEIRO
DIA 22.FEVEREIRO.2008**

Nos termos do nº 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Aveiro, para a Assembleia Distrital dos TSD/AVEIRO, que se realiza no dia **22 de Fevereiro**, das **18H00 às 20H00**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Aveiro**, sita na Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, n.º 28, Aradas, em Aveiro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos**

Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital

Lisboa, 10 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional
Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00 do dia 15 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/AVEIRO, sita na Rua Dom Manuel B. Vasconcelos, n.º 28, Aradas, em Aveiro.

**ASSEMBLEIA DISTRITAL
DOS TSD/VEISEU
DIA 22.FEVEREIRO.2008**

Nos termos do nº 2 do Artº. 41º dos Estatutos dos TSD e do nº 3 do Artº. 3º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, convocam-se todos os militantes da área geográfica do Secretariado Distrital dos TSD de Viseu, para a Assembleia Distrital dos TSD/VEISEU, que se realiza no dia **22 de Fevereiro**, das **21H30 às 23H30**, com mesa de voto a funcionar na **Sede Distrital de Viseu**, sita na Rua do Inatel, Lote 55 - C/V Esq., Quinta do Bosque, em Viseu, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único **Eleição dos**

Órgãos Distritais dos TSD:

- a) Mesa da Assembleia Distrital
- b) Secretariado Distrital

Lisboa, 10 Janeiro de 2008
Pel'O Secretariado Nacional

Arménio Santos
(Secretário Geral)

Nota:

De acordo com o nº 3, do Artº 4º do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais dos TSD, as listas têm de ser apresentadas até às **22H00 do dia 15 de Fevereiro de 2008**, na Sede Distrital dos TSD/VEISEU, sita na Rua do Inatel, Lote 55 - C/V Esq., Quinta do Bosque, em Viseu.